

A escola que é o  
**PRESENTE** do  
**FUTURO!**



**MARIA II**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS  
VILA NOVA DE FAMILICÃO

**PROJETO EDUCATIVO**  
**2021-2024**

O Agrupamento de Escolas D. Maria II será sempre o lugar onde se encontra a semente do bem-estar, da razão, da estima, do rigor, do sentimento e da qualidade que, forçosamente, lhe devemos imprimir.

É imperioso tornar exequível um desafio ambicioso que nos inquieta e, ao mesmo tempo, nos apazigua, fazendo-nos sentir parte integrante de uma comunidade educativa solidária, em que nos revemos e por onde perpassam tanto os nossos sonhos como as nossas angústias.

Pelo prazer e com a responsabilidade de participar na construção de um presente com futuro, cabe a cada um de nós, enquanto elemento da comunidade educativa, a tarefa de contribuir para que o Agrupamento de Escolas D. Maria II se insira, ativa e empenhadamente, no universo de uma educação do qual todos somos parte integrante.

Só à medida que formos avaliando as exigências fundamentais a que nos propomos, é que o sucesso escolar e os êxitos serão mais facilmente alcançados.

A qualidade do Agrupamento de Escolas D. Maria II residirá na atenção dada às relações interpessoais e às inovações e desafios que todos os agentes educativos forem capazes de aceitar, conscientes do seu papel crucial na obtenção de melhores resultados académicos.

Cândida Pinto, Diretora do Agrupamento de Escolas D. Maria II

## Índice geral

Introdução.....	7
1. Visão, Missão Estratégica e Valores/Princípios .....	9
2. Resultados do diagnóstico.....	11
2.1. Fragilidades.....	11
2.1.1. Encarregados de Educação .....	11
2.1.2. Professores .....	11
2.1.3. Assistentes Operacionais.....	12
2.2. Pontos Fortes.....	12
2.2.1. Encarregados de Educação .....	12
2.2.2. Professores .....	13
2.2.3. Assistentes Operacionais.....	13
2.3. Sugestões de melhoria .....	13
2.3.1. Encarregados de Educação .....	13
2.3.2. Professores .....	14
2.3.3. Assistentes Operacionais.....	14
2.4. A Voz dos Alunos .....	14
2.4.1. O que gostariam de mudar na sua escola .....	14
2.4.2. O que mais valorizam/gostam na sua escola.....	15
2.4.3. Como acham que aprendem melhor.....	15
2.4.4. Interesse/gosto pela frequência da escola e justificação .....	16
2.5. Dificuldades inerentes ao contexto social e económico.....	16
2.6. Orientações Educativas da direção perante as fragilidades e necessidades detetadas .....	18
2.7. Dinâmicas de intervenção .....	18
3. Objetivos, Metas e Estratégias .....	19
3.1. Eixos estratégicos .....	19
3.2. Metas, Estratégias Principais, Objetivos Específicos e Indicadores.....	19
4. Caracterização do Meio e do Agrupamento de Escolas D. Maria II.....	28
4.1. O Meio .....	28
4.2. O Agrupamento .....	29
4.3. Órgãos de Administração e Gestão .....	30
4.4. Regime de funcionamento do Agrupamento .....	31

5.	Recursos Humanos .....	32
5.1.	Docentes.....	32
5.2.	Não Docentes .....	32
5.3.	Alunos.....	32
5.3.1.	Fluxos escolares.....	33
5.3.2.	Contexto Social dos alunos.....	34
5.3.3.	Situação Socioeconómica dos alunos/Ação Social Escolar (ASE).....	35
5.4.	Resultados Académicos .....	36
6.	Matrizes Curriculares .....	48
6.1.	Educação Pré-escolar .....	48
6.2.	Primeiro Ciclo .....	50
6.3.	Segundo e Terceiro Ciclos.....	52
6.3.1.	Distribuição do serviço letivo .....	53
6.4.	Desdobramento de aulas .....	54
6.5.	Critérios de elaboração de horários .....	54
6.6.	Modelos e Processos de Ensino/Aprendizagem.....	56
6.7.	Conselhos de Turma .....	56
6.8.	Planos Curriculares de Grupo / Turma .....	57
7.	Avaliação das Aprendizagens .....	60
7.1.	Critérios de Avaliação .....	60
7.2.	Incidência.....	60
7.3.	Intervenientes .....	61
7.4.	Instrumentos de Avaliação .....	61
7.5.	Avaliação na Educação Pré-escolar .....	62
7.6.	Avaliação no Ensino Básico.....	63
7.6.1.	Avaliação formativa .....	63
7.6.2.	Avaliação sumativa .....	63
7.6.3.	Autoavaliação .....	64
7.6.4.	Avaliação de aprendizagens e progressão dos alunos com medidas .....	65
7.6.5.	Certificação dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.....	65
7.6.6.	Planos de Operacionalização e Planos de Desenvolvimento.....	65
8.	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.....	66
8.1.	Plano de Atuação na Recuperação e Consolidação das Aprendizagens.....	66

9.	Oferta educativa.....	67
9.1.	Medidas de promoção da inclusão e do sucesso escolar .....	67
9.1.1.	Programa de Apoio Tutorial .....	68
9.1.2.	Programa de Mentorias.....	68
9.2.	Projetos de Desenvolvimento Educativo.....	69
9.3.	Projetos a desenvolver em parceria com a autarquia .....	70
9.3.1.	Participação .....	70
9.3.2.	Parcerias/protocolos .....	70
9.3.3.	Atividades constantes do Plano de Atividades do Agrupamento (PAA).....	72
9.4.	Projeto de Desenvolvimento Europeu: Erasmus e eTwinning.....	72
9.5.	Projeto Cultural de Escola: a indústria têxtil e os seus impactos .....	74
10.	Plano de Transição Digital .....	75
11.	Plano de Formação .....	75
12.	Plano de Melhoria .....	76
13.	Plano de Articulação Curricular .....	77
14.	Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola.....	77
14.1.	Linhas orientadoras para a sua operacionalização no Agrupamento.....	77
14.2.	Organização dos Domínios de Educação para a Cidadania .....	78
15.	Associação/Representação de Pais e Enc. de Educação.....	79
16.	Público-alvo .....	79
17.	Divulgação e publicitação do Projeto Educativo .....	80
18.	Avaliação do Projeto Educativo .....	80

## Índice de quadros, ilustrações e tabelas

Ilustração i – Autonomia e Flexibilidade Curricular .....	10
Ilustração ii – Construir um Presente com Futuro .....	19
Ilustração iii – Concelho de Vila Nova de Famalicão .....	28
Ilustração iv – Território escolar .....	29
Ilustração v – Organograma, estrutura organizacional e funcional do Agrupamento .....	30
Quadro i – Distribuição dos docentes por Ciclo de ensino/vínculo contratual 2020/21 .....	32
Quadro ii – Distribuição do pessoal não docente 2020/21 .....	32
Quadro iii – Distribuição dos alunos por nível de ensino .....	32
Quadro iv – Número de Alunos por Filiação/Profissão - ano letivo 2020/21 .....	34
Quadro v – Número de Alunos por Filiação/Habilitações - ano letivo 2020/21 .....	35
Quadro vi – Número de Alunos com computador/Internet - ano letivo 2020/21 .....	35
Quadro vii – Situação Socioeconómica dos alunos no ano letivo 2020/21 .....	35
Quadro viii – Evolução alunos matriculados/avaliados no Ensino Básico .....	36
Quadro ix – Matriz do Pré-Escolar .....	49
Quadro x – Matriz curricular – 2.º Ciclo do Ensino Básico .....	52
Quadro xi - Matriz curricular – 3.º Ciclo do Ensino Básico .....	52
Quadro xii – Estrutura do Plano Curricular de Grupo (PCG) .....	57
Quadro xiii – Estrutura do Plano Curricular de Turma (PCT) .....	58
Quadro xiv – Estruturas do Plano Curricular de Turma (PCT) .....	59
Quadro xv – Nomenclatura a utilizar para todos os Ciclos e anos de escolaridade .....	64
Quadro xvi – Educação para a Cidadania .....	78
Tabela A – Avaliação Interna – Taxas de Sucesso 2018/19 e 2019/20 .....	37
Tabela B – Avaliação Interna – Médias 2018/19 e 2019/20 .....	39
Tabela C – Avaliação externa 2017/18 e 2018/19 .....	41
Gráfico A – Gostas de frequentar a escola? .....	16
Gráfico A – Fluxos Escolares 2019/2020 .....	33
Gráfico B – Fluxos Escolares 2020/2021 .....	33
Gráfico D – Avaliação externa. Evolução entre 2016/17, 2017/18 e 2018/19 .....	42
Gráfico E – Taxas de Transição interligadas com as transições com Sucesso Perfeito e Imperfeito .....	43

## Abreviaturas

- PASEO** Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória
- ENEC** Estratégia Nacional para a Cidadania
- EECE** Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola
- AE** Aprendizagens Essenciais
- OCEP** Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar
- EMAEI** Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- POMU** Planos de Operacionalização das Medidas Universais
- ECD** Estatuto da Carreira Docente

## Referências bibliográficas

- *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos* (adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990). Edição revista em 2019. Edição Comité Português para a UNICEF
- Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória
- A Estratégia Nacional para a Cidadania
- As Aprendizagens Essenciais
- As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar
- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho
- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
- Despacho Normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho
- Decreto-lei nº 137/2012 de 2 de julho
- Decreto-Lei nº 41/ 2012 de 21 de fevereiro (ECD)
- Lei n.º 51, de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e Ética Escolar)

## Introdução

A escola tem aumentado de importância devido à escolarização universal para que tendem todos os países sem exceção. Com efeito, esta assumiu funções educativas, em muitos casos insubstituíveis. Assistimos a uma dupla reorientação na educação escolar que visa, sobretudo, a valorização das funções de socialização e de estimulação e, cumulativamente, a colaboração dos restantes agentes educativos num Projeto Educativo mais ajustado à realidade dos alunos.

É ao nível da educação básica, para além do meio familiar, que se desenvolvem as atitudes perante a aprendizagem que acompanham as crianças ao longo de toda a vida. Por este motivo, procura-se que a escola seja um espaço de construção e de vida, e, simultaneamente, um lugar de encontro e de entretenimento, e de aquisição livre de conhecimentos, oferecendo-lhes o acesso à informação, na diversidade de conteúdos e de suportes.

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento contínuo, ao nível pessoal e social. Procura, por isso, uma melhoria da prática pedagógica, de forma a garantir uma educação digna para todos, capaz de fornecer uma base sólida para aprendizagens futuras e de, simultaneamente, desenvolver as competências consideradas fundamentais a uma participação ativa e democrática na sociedade.

Nesta perspetiva, o ensino deve ser encarado como um processo e não como um produto, assentando a relação pedagógica em três grandes princípios:

A qualidade e flexibilidade no processo educativo, promovendo e desenvolvendo dinâmicas de participação em termos de processos e estratégias de inovação escolar, fazendo emergir a denominada «escola construtiva» onde o conhecimento generativo flui e se alicerça em estratégias de participação e colaboração.

A autonomia e a responsabilidade, através da sensibilização dos alunos para a importância do ensino no contexto da sociedade moderna e para a necessidade de uma grande estima pela escola e pela aprendizagem (desenvolvimento da autonomia e atitudes de reflexão, abertura de espírito, tolerância e respeito pela diferença; iniciativa e criatividade; os valores da autodisciplina, da persistência e do trabalho). Tais pressupostos passam, necessariamente, pela promoção e introdução de fatores de qualidade no processo ensino-aprendizagem, com vista a um progressivo acumular de sucessos educativos, por parte dos alunos, e prevenindo eventuais fatores ou sinais de exclusão escolar e social.

Pluridimensionalidade e participação, através do desenvolvimento dum espírito crítico, democrático e pluralista, com respeito mútuo pelas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, favorecendo e permitindo o confronto direto com a realidade e os problemas e contribuindo, deste modo, para uma escola mais integradora e multidimensional.

A concretização destes princípios contribui, inegavelmente, para uma maior autonomia, responsabilidade e autoconfiança dos alunos que, de uma forma sistematizada, conseguem assim desenvolver e promover a dimensão pessoal, o domínio das aquisições fundamentais e a dimensão para a cidadania, tornando-se seguramente cidadãos mais responsáveis e conscientes, em termos de valores, atitudes e comportamentos. Através da descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades, vão-se criando condições para o crescimento global e harmonioso da sua personalidade.

Nesta perspetiva, assume-se como imprescindível que a intervenção na escola e na comunidade educativa seja sustentada por um Projeto Educativo de Agrupamento (PEA), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, valores, as metas e as estratégias segundo os quais este Agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa (Decreto lei nº 137/2012 de 2 de julho).

O Projeto Educativo do Agrupamento é o plano de ação que irá orientar a práxis de forma a

promover uma educação integral, nas suas vertentes de desenvolvimento pessoal e social, nomeadamente, na autonomia, no espírito crítico e no domínio do saber, marcando uma etapa de aperfeiçoamento e de consolidação, relativamente às metas que nos propusemos atingir anteriormente.

Pretende-se com este documento desenvolver, progressivamente, um trabalho interveniente, assente no compromisso e na participação, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes, na vida escolar, e adequá-lo às características e recursos do Agrupamento, procurando corresponder às solicitações e apoios da comunidade em que está inserido.

Através de um processo dinâmico, aberto, contextualizado e participado, pretende-se continuar a implementar uma educação inclusiva, baseada em aprendizagens ativas e significativas, rentabilizando os recursos existentes e mobilizando novos recursos, dentro e fora das escolas.

É neste espaço de construção identitária que surge o currículo como ponte de diálogo, de mutação social, como ponto de referência e de definição do que é a realidade, o saber, a cultura, a crença, a moralidade da sociedade atual e dos seus valores, bem como sobre a dinâmica pedagógica que melhor poderá servir a excelência do ideal educativo.

Ao longo do processo de desenvolvimento deste projeto, continuar-se-á a auscultar as opiniões de todos os setores intervenientes e a refletir, crítica e internamente, sobre a sua implementação, de modo a reformular e ampliar a ação educativa, a delimitar áreas de intervenção e a reorganizar recursos, em prol do sucesso educativo. Anualmente, proceder-se-á aos ajustamentos considerados necessários relativamente a alguns dos aspetos abordados no presente documento.

Recolhendo o contributo de toda a comunidade, o presente documento consiste num instrumento fundamental de trabalho, que espelha toda a gestão escolar e orienta para a construção de uma nova identidade, assumindo a autonomia que lhe é reconhecida como instituição.

O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, vem dotar as escolas de autonomia, estabelecendo um quadro legal que lhes permite responder às necessidades e expectativas da(s) comunidade(s) envolvente(s), orientando-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência.

O Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) é o documento orientador dos restantes instrumentos de autonomia do Agrupamento, nomeadamente, o Plano de Melhoria e o Plano Anual de Atividades (PAA) do Agrupamento. Na elaboração do PAA, são contemplados os princípios, objetivos e finalidades delineados no Projeto Educativo e programadas múltiplas iniciativas e ações que os concretizam.

De acordo com o disposto na referida lei, o “Projeto Educativo” é o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão, para o triénio 2021/22, 2022/23 e 2023/24. Pretende ser um documento atuante, dinâmico e aberto a revisões periódicas e à atualização, de modo a ajustar-se às transformações e exigências da realidade envolvente e da sociedade em geral, bem como das circunstâncias, possibilitando maior interação entre todos os elementos da comunidade educativa, promovendo valores sociais, culturais e artísticos e permitindo, cumulativamente, implementar medidas que promovam a autonomia, a identidade própria e a autoestima dos alunos.

# 1. Visão, Missão Estratégica e Valores/Princípios

## Visão

O reforço de um modelo de escolaridade que vise a qualificação individual e a cidadania democrática do aluno constitui-se como o primeiro desígnio da unidade orgânica. Inclui-se aqui a assunção da liberdade, da autonomia, da literacia e do espírito crítico e criativo. Valoriza-se, ainda, o respeito pela dignidade humana, pela solidariedade e pela diversidade cultural.

## Missão

Enfatizar os valores humanos que se interligam com a educação, a cultura e a ciência.

Fomentar, no aluno, um perfil de base humanista considerando a centralidade na pessoa e na dignidade humana.

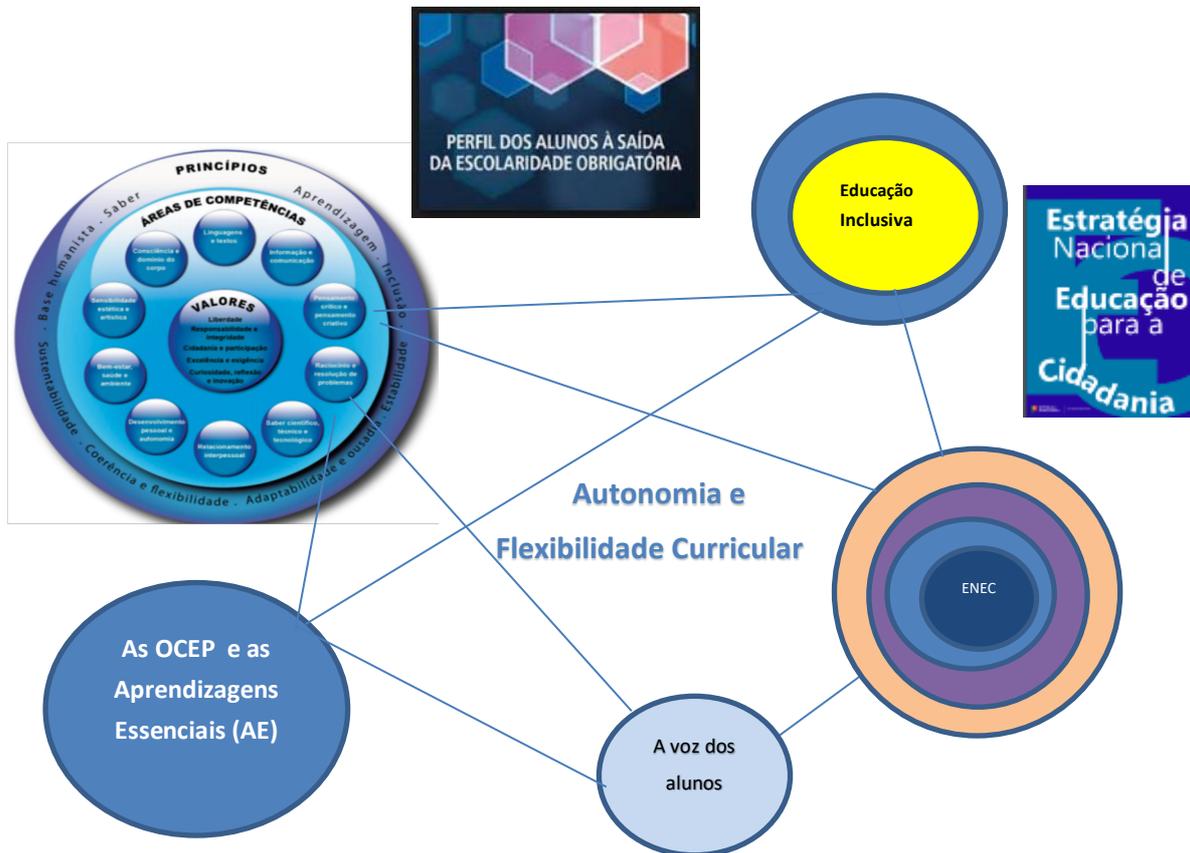
Mobilizar as aprendizagens como centro do processo educativo, a inclusão como exigência, a contribuição para o desenvolvimento sustentável como desafio, criando as condições que visem a valorização dos saberes.

Encorajar os alunos a desenvolverem valores pelos quais se pauta a cultura da escola: responsabilidade, liberdade, excelência e exigência, curiosidade, reflexão e inovação, cidadania e participação.

## Valores

- A equidade: uma Escola para Todos, que seja um lugar de referência, de construção de valores e que facilite a integração social, que favoreça aprendizagens significativas que permitam a continuidade de estudos ou o ingresso na vida ativa; uma Escola que promova a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento e a inclusão;
- A qualidade, excelência e exigência: uma Escola de boas práticas, de rigor e qualidade, que procure a superação, a autonomia e o sucesso, a todos os níveis;
- A Cidadania: uma Escola que promove o respeito pela diversidade humana e cultural, a sustentabilidade, o empreendedorismo e a liberdade, centrada no respeito mútuo;
- A participação: o diálogo e a democraticidade na reflexão dos problemas e na tomada das decisões (participação crítica e interventiva) por parte de todos os intervenientes na Comunidade Educativa;
- A aprendizagem: um direito inalienável de quem quer aprender e de quem procura ensinar; contextos educativos e pedagógicos de qualidade, significativos e inovadores;
- A realização integral do aluno como sujeito consciente, autónomo e interveniente e o desenvolvimento pessoal, assente numa dimensão social, cívica, relacional e individual;
- A flexibilização curricular: articulação vertical e horizontal dos currículos no Ensino Básico; adaptações curriculares para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou interesses divergentes dos escolares.

Assumindo como objetivo central a melhoria das aprendizagens e o sucesso educativo de todos e de cada um, orientam este Projeto Educativo, o Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória (PASEO); a Estratégia Nacional para a Cidadania (ENEC); as Aprendizagens Essenciais (AE), as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEP) e a criação de uma escola inclusiva, o que implica considerarem-se as três dimensões que a mesma incorpora: a dimensão ética, a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa e a dimensão respeitante às práticas educativas, conforme se ilustra no esquema seguinte:



**Ilustração 1 – Autonomia e Flexibilidade Curricular**

A melhoria da educação diz respeito a todos, mas é fundamental ouvir o que os alunos têm a dizer sobre a sua experiência e os seus modos de participação na escola. Tal como o indicado na Convenção sobre os Direitos da Criança, no art.º 12.º, as crianças têm o direito de expressar os seus pontos de vista, de dar ideias e de serem ouvidas. Assim, a voz dos alunos tem uma enorme importância neste processo, ou seja, a sua visão sobre o ensino/aprendizagem, como aprendem melhor, na tomada de decisões, o feedback sobre o seu próprio desempenho e apresentações de sugestões sobre como melhorar.

## 2. Resultados do diagnóstico

Este Projeto Educativo partiu de uma reflexão conjunta de toda a comunidade educativa que teve a oportunidade de contribuir e participar ativamente na sua construção, em vários momentos, através de inquéritos, análises e reuniões, quer através do apoio dos vários documentos, que nos fornecem o diagnóstico e a síntese necessários à justificação das opções tomadas: relatórios da equipa de autoavaliação (avaliação interna, comparação entre a avaliação interna e externa, taxas de retenção e abandono escolar); Relatório de Avaliação Externa IGEC; Projeto Educativo 2017/2020; Relatório de Monitorização do Projeto Educativo e os dados estatísticos oficiais - Sistema MISI (Sistema de Informação do Ministério da Educação e Ciência) e GIAE ONLINE (Portal para utilização exclusiva de alunos, pessoal docente, não docente e encarregados de educação do Agrupamento).

Após avaliação do Projeto Educativo transato e da aplicação do inquérito por questionário a uma amostra representativa da comunidade educativa (todos os alunos do 4.º ano de escolaridade e delegados de turma dos 2.º e 3.º Ciclos; representantes dos encarregados de educação de todas as turmas do Pré-escolar e do Ensino Básico; todos os docentes e todo o pessoal não docente do Agrupamento), entre os dias 18 de março e 24 de abril de 2020 (cf. anexo I), constatou-se que nem todas as dificuldades referenciadas nos anteriores relatórios de avaliação do Projeto Educativo foram completamente resolvidas e a análise SWOT realizada permitiu apontar as fragilidades, pontos fortes e identificar as áreas de intervenção consideradas prioritárias que, de seguida, se enunciam:

### 2.1. Fragilidades

Dificuldades inerentes ao contexto escolar, identificadas pelos vários intervenientes:

#### 2.1.1. Encarregados de Educação

- Horário das atividades letivas (condensar as atividades letivas no período da manhã à semelhança do que já foi feito noutros estabelecimentos de ensino, de forma a permitir que os alunos que não frequentam as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) tivessem tardes livres).
- O número de alunos por sala e as turmas mistas.
- Instalações e infraestruturas: a dimensão e dispersão dos estabelecimentos de ensino; a qualidade/estado das instalações de algumas escolas; o horário de funcionamento dos serviços administrativos, da papelaria e da reprografia; a colocação de uma antena nas proximidades da escola.
- O horário e o serviço das refeições escolares.
- Recursos humanos: falta de psicólogos e de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino.
- Resposta educativa: apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Falta de autonomia do Agrupamento, dependência (dependência das estruturas centrais e locais).
- Transportes: horários, distância das paragens e número de autocarros.

#### 2.1.2. Professores

- Instalações/equipamentos: falta de espaços para os alunos quando não se encontram em aulas; modernização/atualização dos equipamentos informáticos; falta de computadores/tablets e de projetores em todas as salas e a fraquíssima ligação à Internet sem fios que inviabiliza a utilização de métodos de ensino com recurso às novas tecnologias; falta de salas de reuniões e de apoio aos alunos; remoção do fibrocimento; mais material de laboratório, remoção dos quadros de giz em

algumas salas de aula; falta de um espaço para que os alunos possam ter apoio educativo.

- Recursos humanos: número insuficiente de assistentes operacionais, constantes substituições das assistentes operacionais.
- Dimensão e dispersão dos estabelecimentos de ensino: a dispersão geográfica e o número elevado de estabelecimentos escolares do Agrupamento, que obsta à realização de mais e melhor articulação entre Ciclos.
- Organizacionais: a realização das reuniões no final do dia torna-as menos produtivas; a implementação obrigatória de vários projetos com as turmas; o número de docentes nas reuniões de alguns departamentos; falta de tempos comuns para o trabalho colaborativo entre os elementos dos grupos de ano, devido à distribuição da carga horária; existência de turmas mistas; excesso de burocracia; muitas reuniões.
- Resposta pedagógica: falta de recursos humanos de apoio à aprendizagem, de recursos materiais e de equipamentos tecnológicos; dificuldades de horário para os alunos frequentarem os clubes.
- Resultados escolares: os resultados dos alunos (Sucesso Perfeito).
- Falta de autonomia: dependência da Câmara Municipal, nos aspetos organizacionais e técnicos; obrigatoriedade da implementação de projetos.
- Segurança/indisciplina: pouco controlo das entradas e saídas da escola e falta de vigilância dos alunos nos corredores e nos espaços exteriores; a indisciplina e a desmotivação dos alunos para as aprendizagens; falta de medidas sancionatórias ajustadas às situações de indisciplina dos alunos.
- Envolvimento dos encarregados de educação/comunidade local: pouca participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar, sobretudo, nos 2.º e 3.º Ciclos; pouca visibilidade das parcerias estabelecidas com as empresas locais, no apoio à resolução de problemas da escola.
- Transportes: falta de disponibilidade de transporte gratuito ou a custo reduzido, em caso de aluguer, para a realização de atividades pedagógicas, que impliquem saídas da escola.

### **2.1.3. Assistentes Operacionais**

- Falta de recursos humanos: falta de pessoal não docente, o que obriga à realização de substituições.
- Comunicação/informações: necessidade de maior celeridade nas comunicações e na entrega do material de limpeza.
- Aspetos pedagógicos: a necessidade de uma maior resposta a crianças com dificuldade de aprendizagem.

## **2.2. Pontos Fortes**

### **2.2.1. Encarregados de Educação**

- A direção: disponibilidade da diretora, a comunicação e a organização do Agrupamento.
- Comunicação/envolvimento/articulação com as famílias: colaboração na resolução de problemas, bom atendimento, abertura, proximidade e articulação com as famílias e ambiente familiar proporcionado nos estabelecimentos de ensino.
- Papel desempenhado pelos docentes e não docentes: a qualidade, a atenção e o acompanhamento proporcionado a todos os alunos, o rigor, a estabilidade do corpo docente e a experiência dos profissionais da educação.
- Atividades/Projeto Educativo: promoção de atividades variadas, implementação de projetos úteis

e interessantes para os alunos.

- **Segurança:** boas condições de segurança proporcionadas, em grande parte, pela dimensão dos estabelecimentos de ensino e pelo número de alunos.
- **Localização do Agrupamento:** fora do movimento do centro da cidade, a proximidade da residência e as acessibilidades.

### **2.2.2. Professores**

- **Direção/liderança:** forte liderança, democraticidade nas decisões, clima agradável e tranquilo. A diretora é uma pessoa presente quando solicitada. A direção é o elemento chave do sucesso: presta um ótimo serviço, transmite confiança e apoio aos colegas, motivando-os.
- **Ambiente de trabalho/condições de trabalho:** disponibilidade e empenho de grande parte dos seus trabalhadores, a entreatajuda, abertura e proximidade.
- **O ambiente familiar, as relações interpessoais:** relação entre os diferentes profissionais (direção, professores, funcionários) e a humanidade da maior parte da comunidade, a educação da maioria dos alunos e bom ambiente entre colegas.
- **Organizacionais:** agrupamento dinâmico, inovador, que contempla e assegura ações de formação que contribuem para um melhor desempenho dos docentes, a articulação entre Ciclos e as parcerias com o município.
- **Segurança/integração de todos os alunos:** escola inclusiva, muito acolhedora e interativa, segurança e acompanhamento dos alunos, preocupação com o sucesso escolar dos alunos e a promoção de um ambiente familiar entre toda a comunidade educativa.
- **Atividades/Projeto Educativo:** as atividades promovidas, também ao nível do desporto escolar, boa adaptabilidade do Plano Anual de Atividades (PAA) ao Projeto Educativo, boas práticas de trabalho colaborativo ao nível dos grupos disciplinares e a participação em projetos de âmbito nacional e internacional.

### **2.2.3. Assistentes Operacionais**

- **Organizacionais:** boa funcionalidade, excelente capacidade de diálogo e resposta da direção.
- **Ambiente/condições de trabalho:** o relacionamento de proximidade com as chefias/direção e o ambiente de interajuda.
- **Relações Interpessoais:** a boa comunicação entre professores, funcionários e encarregados de educação e o bom ambiente de trabalho entre pares.
- **Recursos físicos/materiais:** vários recursos capazes de proporcionar um bom ensino (material didático, boas infraestruturas)
- **Formação profissional proporcionada:** investem bastante nas formações para os funcionários aprenderem melhor a lidar com as crianças.
- **Aspetos pedagógicos:** os métodos de ensino são muito bons.

## **2.3. Sugestões de melhoria**

### **2.3.1. Encarregados de Educação**

- **Instalações/ infraestruturas:** as instalações e as infraestruturas (realização de obras nos edifícios, a questão das coberturas de espaços exteriores e a sua melhoria tornando-os mais confortáveis); a modernização e melhoria do sistema informático e a colocação de quadros interativos em todas as salas.

- Alimentação: a melhoria das ementas e a possibilidade de as mesmas serem confeccionadas na escola aproveitando os equipamentos disponíveis.
- Horário: a mudança de horário no 1.º Ciclo; fim das turmas mistas; maior flexibilidade de horário da secretaria.
- Resposta educativa: a prestação de mais apoio aos alunos com maiores dificuldades.
- Recursos Humanos: a contratação de um maior número de funcionários.
- Segurança: vigilância à entrada e saída dos autocarros na paragem.
- Comunicação: a página do Agrupamento devia ter mais informação útil.

### **2.3.2. Professores**

- Equipamentos/Instalações: requalificação das instalações (das salas de aula, espaços e outros setores de apoio aos alunos, com recursos materiais e digitais); dotar o Agrupamento de um salão nobre/auditório capaz de responder aos diversos eventos.
- Organizacionais: horário com tempos comuns e um espaço específico para trabalho colaborativo dos grupos disciplinares; alteração dos períodos letivos para dois semestres; melhorar aspetos relacionados com a interdisciplinaridade e a partilha de experiências; maior vigilância do espaço exterior; a direção/elementos da direção circulararem pelos espaços escolares e diferentes unidades educativas com frequência.
- Recursos humanos: criar uma bolsa de assistentes que só façam substituições e aumentar o número de funcionários; mais profissionais habilitados para lidar com alunos com problemáticas específicas.
- Autonomia: autonomia do Agrupamento para contratar mais assistentes operacionais sempre que se justifique; não haver obrigatoriedade de frequência de ações de formação no âmbito dos projetos âncora.
- Oferta educativa: generalizar a oferta de música no 1.º Ciclo.
- Resultados escolares: taxa de insucesso escolar zero; ser uma escola de referência na comunidade local.
- Comunicação: dar maior visibilidade das atividades desenvolvidas (página do Agrupamento, Facebook, comunicação social...).

### **2.3.3. Assistentes Operacionais**

- Necessidade de mais recursos humanos: a colocação de mais pessoal não docente, nomeadamente nos Jardins de Infância;
- Relações interpessoais/interajuda: relação com funcionários e melhores práticas de civismo e interajuda;
- Comunicação: a necessidade de se estabelecer contacto mais próximo com as auxiliares e um maior intercâmbio entre escolas e melhorar na rapidez aos pedidos que a escola faz;
- Mais formação profissional: a necessidade de realizar mais formação específica.

## **2.4. A Voz dos Alunos**

### **2.4.1. O que gostariam de mudar na sua escola**

Os alunos participantes, quando questionados sobre o que gostariam de mudar na sua escola, apontam como necessidade de mudança os seguintes aspetos:

- Instalações/infraestruturas (espaços interiores e exteriores): falta de condições das casas de

banho, dos espaços exteriores, do acesso ao pavilhão e a necessidade de modernização de alguns espaços; alguns alunos referem a necessidade de melhoria das condições das salas de aula e as salas de aula de FQ e CN com mais material de laboratório; substituição dos quadros de giz.

- Higiene/limpeza: a falta de higiene e de limpeza, nomeadamente, das casas de banho; disponibilizar mais papel e sabonete.
- Alimentação: insuficiente qualidade das refeições.
- Organizacionais: a necessidade de alguns intervalos mais alargados.
- Aspectos pedagógicos/atividades: falta de atividades na escola/diversões no recreio.
- Equipamentos informáticos: necessidade de modernização dos computadores, dos projetores e da ligação à Internet; a localização dos projetores na sala de aula.
- Transportes: falta de horários de transporte escolar adequados às necessidades e de paragens com condições.

#### 2.4.2. O que mais valorizam/gostam na sua escola

- **Espaços Escolares:** a biblioteca, a sala do aluno, o espaço exterior grande, o campo de futebol e o pavilhão.
- **Segurança e o ambiente escolar:** A segurança, a preocupação e o cuidado com os alunos; o ambiente de tranquilidade e ensino que se vive diariamente.
- **Relações interpessoais com os professores e funcionários:** a forma como são tratados pelos professores e assistentes técnicos/operacionais; a preocupação, carinho e simpatia de todos os professores e funcionários.
- **Convívio /brincadeiras com os colegas**
- **Atividades específicas /aulas/aspectos pedagógicos:** ter bastantes atividades que fortalecem a aprendizagem, as vistas de estudo que os fazem crescer e aprender mais.
- **Organização da escola e o horário.**

#### 2.4.3. Como acham que aprendem melhor

- **O papel do professor:** as explicações claras e as instruções dadas pelos professores/escuta do professor; quando o professor repete as explicações; quando o professor acompanha/apoia o trabalho dos alunos e quando o professor tira dúvidas.
- **O apoio de recursos/produtos de apoio/tecnologias:** a ver os PowerPoint/vídeos ajuda a perceber melhor a matéria; com as novas plataformas digitais tais como a escola virtual; quando os professores usam material: sólidos manipuláveis, construindo polígonos regulares com palhinhas, globo interativo, construindo cartazes, vídeos, fazendo experiências, usando *tablets*.
- **Atividades/ metodologias:** as atividades que implicam a participação e a interação do aluno; com mais aulas práticas trabalhos de grupo; fazendo: teatros, resumos, vários exercícios e escrevendo a matéria; na realização de visitas de estudo relacionadas com a matéria.
- **Estudar/ esforço individual/atenção/espacos específicos:** a própria concentração, o interesse e a motivação; o estudo, a escrever, a fazer atividades e a ler em voz alta; esclarecendo dúvidas com os professores; o gosto ou interesse pelas atividades...
- **Como dificuldades detetadas salientam** a disposição e planta das salas de aula muitas vezes também desfavorecem o visionamento da aula, resultando na perda de interesse e concentração por parte dos alunos; a falta de silêncio e respeito por parte de alguns colegas que impedem um ambiente de tranquilidade.

Em síntese, os resultados sugerem que os alunos aprendem melhor quando têm aulas na sala de aula

com o apoio do professor, em atividades de grupo/pares e num ambiente de silêncio/calmo. Os alunos também identificam a importância da motivação e da concentração para aprenderem melhor.

Deste modo, **aprender melhor implica:** condições adequadas na sala de aula (silêncio, concentração, etc.); envolvimento e participação dos alunos e interação entre eles (atividades de pares e/ou em grupo, etc.) e que os professores acompanhem/apoiem o trabalho dos alunos.

#### 2.4.4. Interesse/gosto pela frequência da escola e justificação

Questionário realizado com base numa amostra de 85 respostas dadas pelo universo, os alunos da Escola Básica D. Maria II.

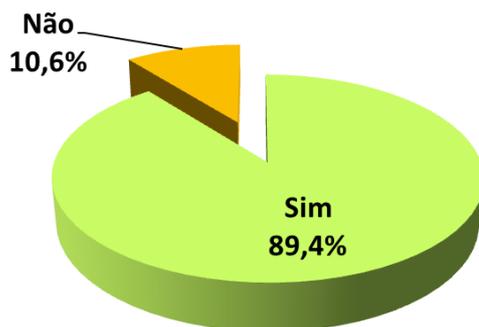


Gráfico 1 – Gostas de frequentar a escola?

- **Escola/ambiente acolhedor/seguro:** A escola é bonita, com um espaço exterior bastante grande; com muitas árvores, sítios para conviver e estudar como a sala do aluno e a linda biblioteca; tem bom ambiente e todos se conhecem uns aos outros; sentem-se bem lá; é familiar e aconchegante; transmite segurança; é uma escola que se preocupa com o bem-estar dos seus alunos.
  - **Escola como local de aprendizagem/os professores:** a maior parte dos professores são muito simpáticos; é uma boa escola; os professores são muito amigos e atenciosos; é bom aprender coisas novas para ter um futuro bom; é um bom local para aprender; sinto-me confortável a aprender, devido a ter professores simpáticos, que apesar das minhas dúvidas, estão sempre a apoiar-me...
  - **Escola como local de convívio com os amigos/afetos:** a escola não é só um local de aprendizagem, mas também um local de alguma diversão; um local onde se divertem e estão com os colegas; é uma escola onde se sentem bem, com a companhia de amigos.
  - **Atividades proporcionadas** tem muitas atividades e concursos; o convívio; gosto das atividades que aqui existem; a cumplicidade entre todos os alunos.
- As justificações negativas** mais salientadas dizem respeito a:
- **Falta de condições** no tempo de chuva (a biblioteca e a sala do aluno acabam por ficar muito cheias);
  - **Os horários de início das aulas** que implicam o acordar muito cedo;
  - **De um modo mais vago, salientam que** tem muitos aspetos a melhorar, mas sem precisar em que aspetos.

## 2.5. Dificuldades inerentes ao contexto social e económico

A Unidade orgânica situa-se no contexto socioeconómico 2, entre o contexto 1 (mais desfavorecido) e o contexto 3 (mais favorecido), que se baseiam em dois indicadores: a taxa de alunos no escalão A da Ação Social Escolar (ASE) e a média de anos de escolaridade dos pais.

## **2.6. Orientações Educativas da direção perante as fragilidades e necessidades detetadas**

- A adoção de estratégias alternativas, promotoras de aprendizagem para todos e cada um dos alunos, que visem aumentar o sucesso escolar (Taxas de Sucesso Perfeito) e diminuir as taxas de retenção;
- Promoção de oportunidades de interação e colaboração mútuas e de aprendizagem com os outros, na base de uma ação conjunta e plural, devido à dispersão geográfica e contextos heterogéneos, entre os estabelecimentos de ensino que compõem o Agrupamento de escolas;
- A melhoria dos espaços educativos, nomeadamente para a implementação de projetos e para a flexibilização curricular; a criação de espaços alternativos de lazer e de aprendizagem: salas de estudo multifuncionais, auditório, ATL, etc.
- Exploração das potencialidades do contexto educativo (recursos humanos, formação em contexto de trabalho, articulação curricular, ...), com o objetivo de melhorar as práticas educativas e as aprendizagens dos alunos, em prol da excelência.

## **2.7. Dinâmicas de intervenção**

- Promoção de hábitos de reflexão e análise dos resultados e/ou aspetos críticos, em sede de departamento/ grupo disciplinar, com vista a adotar estratégias de melhoria/remediação.
- Intervenção na qualidade do sucesso promovendo atividades que elevem a autoestima dos alunos e potenciem a sua participação ativa;
- Mobilização dos diferentes atores, na criação e sedimentação de uma cultura de compromisso social e educacional;
- Diagnóstico interno, através de análises SWOT aplicadas, anualmente, à comunidade escolar e educativa;
- Construção de parcerias de convergência escolar entre as diversas estruturas socioeducativas, na adoção e valorização de medidas indutoras de boas práticas;
- Promoção de hábitos, atitudes e valores, conducentes a uma melhoria progressiva da formação cívica e cultural dos alunos;
- Motivação dos alunos para a frequência das atividades/projetos/clubes;
- Atuação constante com base no princípio de transparência, nas relações interpessoais de toda a vida escolar;
- Sensibilização dos pais e encarregados de educação para uma participação ativa no processo educativo.
- Aprofundamento do compromisso da escola, da ação dos professores, do empenho das famílias e das ligações ao pelouro da Educação da Câmara Municipal, no sentido de se pautar toda a atuação por uma matriz que oriente os alunos para uma visão de futuro.

### 3. Objetivos, Metas e Estratégias

A partir do diagnóstico efetuado, o Agrupamento assume os seguintes objetivos prioritários da sua ação, ao longo do próximo triénio:

- Promover o sucesso escolar e a qualidade das aprendizagens, mediante estratégias de intervenção articuladas, inclusivas e inovadoras.
- Fazer da escola um tempo e um espaço formativo assente numa base humanista, com enfoque no aluno e nos seus valores fundamentais enquanto pessoa.
- Estimular a participação cívica, ativa, consciente e responsável dos diferentes intervenientes no processo educativo/relação com a comunidade.

#### 3.1. Eixos estratégicos



Ilustração 2 – Construir um Presente com Futuro

#### 3.2. Metas, Estratégias Principais, Objetivos Específicos e Indicadores

Tendo por referência uma base de dados estatísticos do Agrupamento, propõem-se as estratégias principais, os objetivos específicos e os indicadores de medida, a seguir explicitados, com o intuito de atingir os objetivos prioritários do Agrupamento e respetivas metas que serão redefinidos, de forma sustentada e anualmente, pelos órgãos pedagógicos e de gestão do Agrupamento.

	Meta do Projeto Educativo	Objetivos Específicos	Indicadores de medida
<b>1</b>	<p>Promover o sucesso escolar com ênfase no Português, Matemática e nas Línguas Estrangeiras.</p> <p><b>Estratégia principal</b> Intervir na qualidade do sucesso promovendo atividades que potenciem a melhoria da eficácia e da qualidade das aprendizagens.</p>	<p>1.1. Promover a melhoria dos resultados escolares, ao nível da eficácia e da qualidade do sucesso.</p> <hr/> <p>1.2. Prosseguir a monitorização da avaliação do Sucesso Académico (SA).</p> <hr/> <p>1.3. Promover respostas educativas ajustadas às necessidades individuais de cada aluno.</p> <hr/> <p>1.4. Criar uma cultura de autoavaliação no Agrupamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o diferencial entre as classificações interna e/ou externa, nas disciplinas sujeitas à avaliação externa, no 9.º ano.</li> <li>▪ Melhorar os resultados escolares, nas diferentes disciplinas, relativamente aos resultados obtidos no ano letivo anterior.</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar, pelo menos, quatro momentos de reflexão-ação avaliativa sobre a componente interna/externa do Sucesso Académico (SA) alcançado no Agrupamento, em sede dos departamentos curriculares.</li> <li>• Produzir, trimestralmente, uma análise global da componente interna do SA alcançado, relativa a cada ano de escolaridade/Ciclo e, no final do ano letivo, da componente externa do SA (ficheiros Excel).</li> <li>• Realizar uma reflexão coletiva e individual sobre os resultados obtidos pelos alunos, nas Provas de Aferição, a partir dos Relatórios Individuais (RIPA) e dos Relatórios de Escola (REPA), com a produção de um relatório contendo a análise realizada e as ações a desenvolver para a melhoria do sucesso escolar dos alunos.</li> <li>• Realizar, no início de cada ano letivo, uma reunião com os Pais/EE para apresentação e análise dos RIPA, com vista ao seu envolvimento e corresponsabilização na adoção de medidas de promoção do sucesso escolar dos alunos.</li> <li>• Promover uma sessão de análise/reflexão com os alunos, em contexto de sala de aula, sobre as disciplinas e os domínios/subdomínios/áreas de conteúdo em que mostraram evidentes fragilidades ou desempenhos de acordo com o esperado (RIPA e REPA).</li> <li>• Elaborar relatórios trimestrais ou anuais (PEA e PAA).</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a taxa de sucesso dos alunos que revelam dificuldades no acesso ao currículo e que beneficiam da mobilização do seguinte recurso humano: docente de educação especial/apoio educativo.</li> <li>▪ Distribuir o apoio especializado de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.</li> <li>▪ Orientar os alunos que beneficiam da mobilização das medidas de suporte aprendizagem e à inclusão para os diferentes percursos existentes.</li> <li>▪ Monitorizar a eficácia da aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recolher e tratar informação de forma sistemática e sistematizada.</li> <li>▪ Divulgar a informação recolhida pelos meios mais expeditos, nomeadamente, através da página Web do Agrupamento.</li> <li>▪ Intervir de acordo com os resultados da avaliação tendo em vista a melhoria da qualidade do serviço educativo.</li> <li>▪ Monitorizar a evolução dos resultados escolares do Agrupamento.</li> </ul>

<b>2</b>	<p>Reduzir o insucesso escolar aproximando-o da taxa 0%</p> <p><b>Estratégia principal</b> Promover aprendizagens mais significativas que elevem a autoestima dos alunos.</p>	<p>2.1. Promover a dimensão formativa da avaliação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Privilegiar a dimensão formativa da avaliação com emissão sistemática de <i>feedback</i> para o aluno</li> <li>• Aumentar a diversidade de tarefas de avaliação e instrumentos de recolha de informação (formativa e sumativa)</li> <li>• Envolver os alunos na reflexão sobre a avaliação.</li> </ul>
		<p>2.2. Adotar medidas de inovação pedagógica e experimentação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar projetos/atividades/metodologias ativas e de experimentação para promoção do “Aprender a aprender”.</li> <li>▪ Criar espaços de autonomia que potenciem o desenvolvimento de DAC.</li> <li>▪ Melhorar a quantidade e a qualidade das atividades em articulação, envolvendo o máximo possível de disciplinas, de turmas e de anos diferentes de escolaridade.</li> <li>▪ Mobilizar medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que promovam a igualdade de oportunidades, no acesso ao currículo (RTP, PEI, POMU).</li> <li>▪ Desenvolver projetos transversais de integração e articulação curricular, envolvendo os domínios de educação para a cidadania.</li> <li>▪ Alargar a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e inovadoras, através de estratégias de trabalho colaborativo e partilha de boas práticas, no âmbito de projetos (eTwinning, Mobile Learning, Hyptiamat, Empreendedorismo, outros).</li> <li>▪ Transformar as salas de aula em ambientes de aprendizagem estimulantes e ricos em experiências pedagógicas diversificadas, através do desenvolvimento de novos espaços educativos, da melhoria da qualidade e diversidade das práticas educativas e da adoção de ações organizacionais cada vez mais inclusivas.</li> </ul>

<b>3</b>	<b>Estratégia principal</b> Realizar atividades que promovam a frequência e o sucesso escolar	3.1. Encaminhar os alunos com mais dificuldades para modalidades de apoio adequadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar o acompanhamento de todos os alunos que revelem dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais (registos internos; balanços trimestrais/anuais).</li> </ul>
		3.2. Melhorar a qualidade das aprendizagens, diversificando as metodologias de ensino, tendo em conta as dificuldades/potencialidades dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elevar a percentagem de alunos, no quadro de valor, mérito e excelência do Agrupamento.</li> <li>▪ Divulgar, anualmente, os diplomas de mérito e realizar um evento para entrega dos referidos diplomas.</li> <li>▪ Promover a frequência sistemática dos alunos na Sala de Estudo/BE/Clubes.</li> <li>▪ Dar continuidade às atividades de articulação curricular entre Ciclos, através da deslocação dos docentes às escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento e vice-versa.</li> <li>▪ Valorizar o ensino experimental em ciências, matemática, educação visual, TIC, educação física, etc.</li> </ul>
		3.3. Desenvolver competências diversas para o exercício da cidadania democrática.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar/Implementar uma atividade/ projeto multidisciplinar /sessão na área da educação para a cidadania, por ano letivo, conducente a uma cultura educacional direcionada para o desenvolvimento de competências observacionais, reflexivas e investigativas.</li> <li>▪ Realizar, anualmente, três iniciativas que promovam práticas de colaboração e solidariedade.</li> <li>▪ Assegurar aos alunos o desenvolvimento integral do seu horário.</li> <li>▪ Permitir que os alunos possam ser intervenientes ativos na proposta de atividades, na proposta de instrumentos de avaliação e posteriormente na autoavaliação.</li> </ul>
		3.4. Desenvolver nos alunos comportamentos e atitudes corretos, na escola e na comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratualizar com os alunos as regras de comportamento e atitudes adequadas, dentro e fora da sala de aula, em todos os níveis de educação e ensino.</li> <li>▪ Realizar, trimestralmente, nas escolas, reuniões dos delegados/subdelegados de turma/assembleia de alunos.</li> <li>▪ Realizar atividades de Formação de Utilizadores nas bibliotecas escolares.</li> <li>▪ Realizar atividades de carácter solidário e de promoção de uma consciência ecológica.</li> <li>▪ Realizar atividades que promovam o gosto pelas artes e pela cultura em geral.</li> </ul>
		3.5. Reforçar a participação ativa dos alunos, pais/encarregados de educação na vida escolar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar, em cada ano letivo, pelo menos uma reunião de pais/encarregados de educação, por período, em cada estabelecimento de ensino do Agrupamento, com o objetivo de um maior envolvimento e responsabilização pela vida escolar.</li> <li>▪ Elaborar, pelo menos três atas/relatórios das reuniões efetuadas com os pais/encarregados de educação.</li> <li>▪ Otimizar a interação regular entre diretor/professor titular de turma e famílias: registo, ao longo do ano letivo, dos contactos/diligências efetuados para promover a participação ativa dos pais e encarregados de educação ou dos seus representantes, em cada escola do Agrupamento.</li> </ul>

<b>4</b>	<p>Participação nas estruturas de orientação educativa e dos órgãos de gestão do Agrupamento.</p> <p><b>Estratégia principal</b></p> <p>Promover o trabalho colaborativo e as relações interpessoais, em prol da qualidade do sucesso educativo.</p>	<p>4.1. Promover a articulação e a sequencialidade entre os níveis e Ciclos de educação e ensino do Agrupamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar a articulação curricular entre a Educação Pré-escolar/1.º / 2.º e 3.º Ciclos, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspetiva de continuidade global da educação e do ensino, através da realização de uma reunião de articulação por período, por ano letivo.</li> <li>▪ Instituição de mecanismos de monitorização/accompanhamento das atividades de articulação entre Ciclos: Planificação Anual da Articulação Curricular; Grelha de Registo da Articulação - “Acompanhamento da prática letiva em sala de aula”; registos de atividades.</li> <li>▪ Realizar, pelo menos, uma atividade de articulação, por período, entre os diferentes níveis de educação e ensino do Agrupamento.</li> <li>▪ Desenvolver, ao nível do Agrupamento, pelo menos um projeto que envolva diferentes níveis de educação e ensino.</li> <li>▪ Realizar uma sessão anual de Partilha de Boas Práticas e de Experiências Pedagógicas, ao nível do Agrupamento (todos os níveis de educação e ensino).</li> <li>▪ Promover o trabalho colaborativo através da realização de reuniões/sessões periódicas de trabalho inter pares (Departamentos, Conselho de Docentes/DT, Articulação, Grupos Disciplinares/ano).</li> <li>▪ Implementar a coadjuvação, em contexto de sala de aula.</li> <li>▪ Contemplar nos horários dos docentes tempos para articulação/trabalho colaborativo.</li> </ul>
	<p>4.2. Promover a apropriação consciente das regras de convivência e respeito social, nos diferentes contextos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Negociar/contratualizar com os alunos regras de comportamento/attitudes adequados, dentro e fora da sala de aula.</li> <li>▪ Divulgar o RI, no início do ano letivo, aos alunos e pais/encarregados de educação.</li> <li>▪ Reduzir os problemas de indisciplina/processos disciplinares, em comparação com o ano letivo anterior, através do envolvimento dos alunos em clubes/projetos /ações que visem a promoção de valores de respeito por si e pelos outros.</li> <li>▪ Dinamizar ações de sensibilização, destinadas a alunos, promotoras de attitudes de tolerância, de responsabilidade, de cidadania, em prol de um clima de acolhimento e bem-estar, no Agrupamento.</li> </ul>	
	<p>4.3. Promover a articulação entre os diferentes elementos do departamento de Educação Especial, EMAEI e SPO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar uma reunião semanal de articulação.</li> <li>▪ Efetuar uma reunião mensal do departamento de Educação Especial, coordenador da EMAEI e SPO.</li> </ul>	

<b>5</b>	<b>Estratégia principal</b> Envolver ativamente os pais e encarregados de educação no processo educativo.	Participação dos intervenientes no processo educativo.	5.1. Envolver os pais/encarregados de educação e alunos no processo educativo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a participação dos pais e encarregados de educação nas diversas estruturas do Agrupamento, conforme estabelecimento legal.</li> <li>▪ Corresponsabilizar os Pais/EE, no seu dever de educar e valorizar a escola bem como em assegurar a assiduidade/pontualidade dos seus filhos/educandos.</li> <li>▪ Estimular a participação dos pais e encarregados de educação em iniciativas das turmas/escolas e do Agrupamento, desenvolvendo a cultura do registo que propicie a monitorização desta participação.</li> </ul>
			5.2. Realizar atividades de índole sociocultural, desportiva e e/ou científica que fomentem a vinda dos pais/encarregados de educação à escola.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar, anualmente, pelo menos três atividades/eventos/ ações diversificadas, dedicadas à comunidade educativa (exposições, concursos, atividades desportivas, formações, palestras, saraus, feiras,...).</li> </ul>
			5.3. Promover a participação da comunidade local na dinâmica do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolver ativamente a comunidade local nos projetos/atividades do Agrupamento.</li> <li>▪ Estabelecer contactos, parcerias, protocolos com instituições e/ou empresas, visando desenvolver relações, ao nível da articulação pedagógica.</li> <li>▪ Dinamizar atividades/projetos em articulação com a autarquia.</li> </ul>
			5.4. Otimizar o grau de satisfação da comunidade educativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar sistemas para o levantamento, tratamento e recolha das sugestões /reclamações da comunidade educativa (inquéritos, caixa de sugestões, livro de visitas,....)</li> </ul>
			5.5. Valorizar e divulgar os conhecimentos e as experiências pedagógicas do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Divulgar as atividades mais significativas dos alunos das escolas do Agrupamento: Página Web do Agrupamento, Boletim Informativo, blogues, jornais locais, redes sociais...</li> <li>▪ Participar, pelo menos, numa iniciativa/atividade, local ou nacional, por Ciclo de escolaridade.</li> </ul>
			5.6. Otimizar a articulação entre o departamento de Educação Especial, EMAEI SPO e os encarregados de Educação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolver os pais/encarregados de educação nas reuniões da EMAEI</li> <li>▪ Envolver os pais/encarregados de educação na elaboração e implementação do RTP e do Programa Educativo Individual (PEI), se se aplicar.</li> <li>▪ Reunir pelo menos uma vez por período com pais/encarregados de educação dos alunos com necessidades específicas.</li> </ul>

<b>6</b>	<p>Formação contínua adequada ao cumprimento de um plano individual de desenvolvimento profissional</p> <p><b>Estratégia principal</b> Desenvolver um plano de formação de acordo com as necessidades de formação evidenciadas.</p>	<p>6.1. Promover ações de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contínua, em articulação com o Centro de Formação da área;</li> <li>- Interna, recorrendo sempre que possível aos recursos humanos existentes.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar e desenvolver um Plano de Formação do Agrupamento de acordo com as necessidades de formação evidenciadas.</li> <li>▪ Apresentar ao CFAEVNF as necessidades de formação da comunidade educativa, com vista à adequação da oferta formativa às reais necessidades do público alvo, que serão objeto de atualização, sempre que se justifique.</li> <li>▪ Promover anualmente, pelo menos, uma ação de formação adequada às necessidades do pessoal docente e não docente, pais e encarregados de educação.</li> <li>▪ Realizar formação, no âmbito dos projetos implementados.</li> </ul>
----------	---	--

<b>7</b>	<p>Participação e dinamização de projetos e atividades.</p> <p><b>Estratégia principal</b> Desenvolver hábitos, atitudes e valores, de forma a assegurar a preparação dos alunos atendendo ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)</p>	<p>7.1. Apoiar e divulgar atividades/projetos direcionados para a melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver, em cada ano letivo, projetos/planos de trabalho, no Pré-escolar e nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, envolvendo a utilização das TIC.</li> <li>▪ Promover a aquisição de hábitos de leitura.</li> <li>▪ Dinamizar atividades, no âmbito do PNL (sessões e/ou concursos de leitura/escrita, encontro com um escritor, feira do livro, ...)</li> <li>▪ Participar, pelo menos, numa atividade promovida pelo PNL, a nível nacional.</li> <li>▪ Promover e melhorar a oferta cultural para a comunidade educativa através da cultura, das artes e do património (PNA/PCE)</li> <li>▪ Promover a aquisição de competências funcionais e diferentes experiências, em vários ramos vocacionais, na perspetiva de uma melhor qualidade de vida e de apoio à transição para a vida adulta (alínea b) do artigo 10.º do DL 54/2018, de 6 de julho), alunos com medidas adicionais.</li> </ul> <p>7.2. Proporcionar aos alunos condições para desenvolverem comportamentos e hábitos saudáveis (saúde alimentar, física, ambiental e emocional).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolver os alunos em projetos/atividades/campanhas de promoção de comportamentos e hábitos de vida saudáveis.</li> <li>▪ Reforçar a participação dos alunos em atividades desportivas dentro e fora do recinto escolar, designadamente, no âmbito do desporto escolar.</li> <li>▪ Realizar atividades de divulgação das modalidades disponíveis no Agrupamento, no âmbito do desporto escolar.</li> <li>▪ Incentivar a participação dos alunos no planeamento e gestão das atividades desportivas escolares (educação física e desporto escolar), nomeadamente no seu papel como</li> </ul>
----------	---	--

		<p>dirigentes, juizes, cronometristas e árbitros.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar o Programa FITescola como forma de melhoria, aconselhamento e monitorização contínua acerca da aptidão física, atividade física e desportiva, comportamento sedentário, alimentação saudável, obesidade e repouso dos alunos.</li> <li>▪ Promover a educação para a saúde e sexualidade, de forma transversal, no desenvolvimento dos currículos.</li> <li>▪ Manter em funcionamento o gabinete de informação e apoio, no âmbito da educação para a saúde e educação sexual.</li> <li>▪ Estabelecer um protocolo/ação de colaboração com uma entidade ligada à área da educação/educação para a saúde.</li> </ul>
	<p>7.3. Incentivar a implementação/manutenção de clubes e outras atividades/projetos de complemento curricular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolver em atividades e projetos integrados um número de alunos igual ou superior a uma média de sete alunos, por cada professor envolvido.</li> <li>▪ Cumprir, anualmente, e divulgar os Planos de Emergência dos diferentes estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento.</li> </ul>
	<p>7.4. Dinamizar e rentabilizar as bibliotecas escolares, como parceiro da estratégia de melhoria da educação, e essenciais à formação para as literacias digitais, dos média e da informação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disponibilizar anualmente <i>online</i>, no site das bibliotecas escolares, conteúdos formativos e aplicações informáticas de apoio à pesquisa, comunicação e trabalho escolar dos alunos.</li> <li>▪ Realizar anualmente em articulação com os departamentos, pelo menos duas iniciativas ou projetos de apoio ao desenvolvimento das competências de leitura e literacia.</li> <li>▪ Disponibilizar aos utilizadores, recursos de informação atualizados em diferentes suportes (impresso ou digital) de acordo com o número de alunos de cada escola com biblioteca e conforme a verba atribuída pela direção.</li> <li>▪ Participar nas reuniões mensais do grupo de Trabalho das bibliotecas escolares de Vila Nova de Famalicão.</li> <li>▪ Realizar anualmente, pelo menos uma atividade aberta ao território educativo.</li> <li>▪ Divulgar no final de cada período, em conselho pedagógico, as evidências obtidas pelas bibliotecas escolares.</li> </ul>
	<p>7.5. Reforçar a identidade e a imagem do Agrupamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover e/ou realizar anualmente três atividades (encontros, debates, palestras, visitas de estudo/passeios, atividades desportivas, espetáculos, convívios, festas, celebrações diversas), a assinalar datas marcantes da vida escolar e do calendário de atividades sociais.</li> <li>▪ Dar continuidade ao trabalho realizado pelo Núcleo de Imagem e Comunicação do</li> </ul>

Agrupamento.

- Dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho dos alunos, reforçando a divulgação na página *online* e nas redes sociais do Agrupamento.
- Realizar o Dia da Cidadania /Dia do Patrono.

**8**

Promover a valorização do papel da Escola relativamente ao meio envolvente e à área de influência pedagógica.

**Estratégia principal**

Potenciar a humanização do espaço escolar

- Fomentar o envolvimento da comunidade escolar e educativa no desenvolvimento de atitudes concertadas na defesa do meio ambiente.

- Criar condições para que a prática da educação física e do desporto seja fator determinante de desenvolvimento integral dos alunos do Agrupamento.

- Realizar anualmente, pelo menos duas atividades (campanhas, exposições, ações de sensibilização/formação, atividades desportivas,..) na área da educação para a cidadania (saúde, ambiente, desporto, cultura), de forma a envolver o Agrupamento.
- Promover nos alunos uma consciência ecológica, através de ações concertadas (hortas biológicas, Eco-escolas, separação de resíduos, etc.).
- Realizar anualmente uma intervenção que vise a preservação /criação e/ou requalificação dos espaços (Clube de Embelezamento de Espaços, Ateliê das Artes, Eco-escolas,...).

- Participar nos torneios/encontros no âmbito do desporto escolar, envolvendo as modalidades de andebol, atletismo, badminton, basquetebol, desporto adaptado, patinagem e ténis de mesa.
- Implementar o Programa FITescola envolvendo ativamente os alunos e encarregados de educação.

## 4. Caracterização do Meio e do Agrupamento de Escolas D. Maria II

### 4.1. O Meio

O Agrupamento de Escolas de D. Maria II constitui-se em agrupamento de cariz vertical e situa-se no Concelho de Vila Nova de Famalicão.

Vila Nova de Famalicão é uma das mais jovens cidades de Portugal e do Minho, desde 1985. É sede de concelho e comarca, que nasceu para a história em 1205, com o foral de D. Sancho I, o Povoador.

Apesar de ser uma povoação antiga, é um concelho moderno, criado em 1835, por nova carta de foral da rainha D. Maria II, que também a elevou à categoria de vila, em 1841.

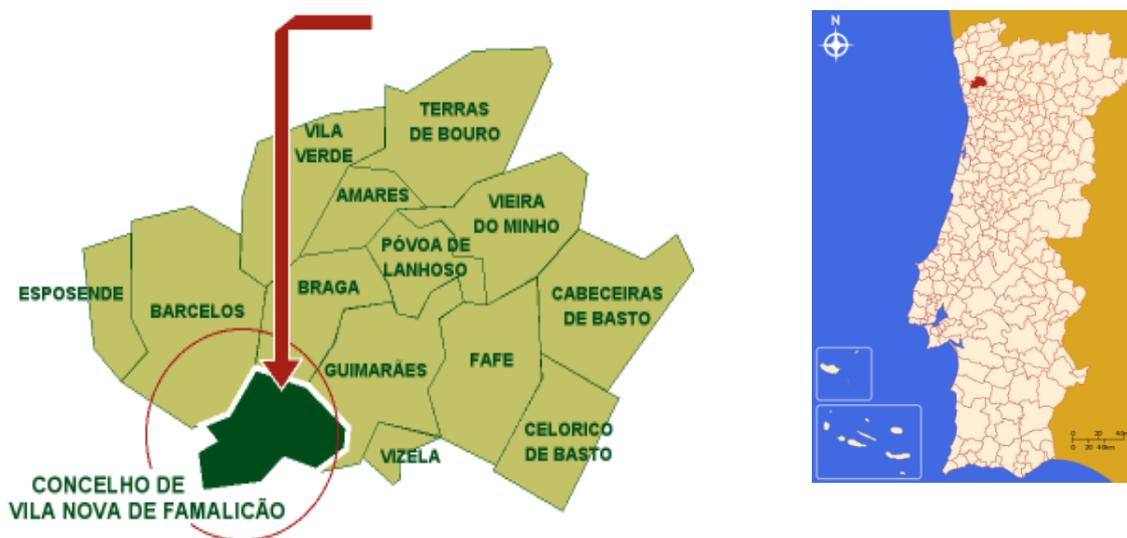


Ilustração 3 – Concelho de Vila Nova de Famalicão

Vila Nova de Famalicão é um município composto por 23 freguesias e 11 Uniões de Freguesias e constitui uma das concentrações industriais mais importantes do Vale do Ave, onde dominam setores como o têxtil, o vestuário, a metalurgia e a alimentação. É frequente encontrar-se uma instabilidade económica e social, no seio das famílias dos alunos que integram as escolas deste Agrupamento, devido a alguma precariedade do seu emprego/trabalho.

O passado e o presente de Vila Nova de Famalicão estão determinados pela sua excelente situação geográfica. Encruzilhada de vias de comunicação, bem no coração do Vale do Ave, o município de Vila Nova de Famalicão é, desde sempre, um centro de dinamismo económico de grande envergadura e um nó privilegiado de vias de comunicação, que une os principais centros urbanos no Norte do País. Este município, com uma população residente de cerca de 127.000 habitantes, estende-se por uma área de 209 Km<sup>2</sup>.

Vila Nova de Famalicão é um município que apresenta excelentes condições para a implementação e desenvolvimento de inúmeras atividades produtivas.

Os castros nos cimos dos montes, as pontes que abraçam as margens dos rios, as igrejas que refletem espiritualidade, a nobreza das casas solarengas, os usos e os costumes do amanhã da terra, a riqueza do artesanato e a rica gastronomia são um testemunho vivo de uma comunidade que constrói o futuro a cada momento.

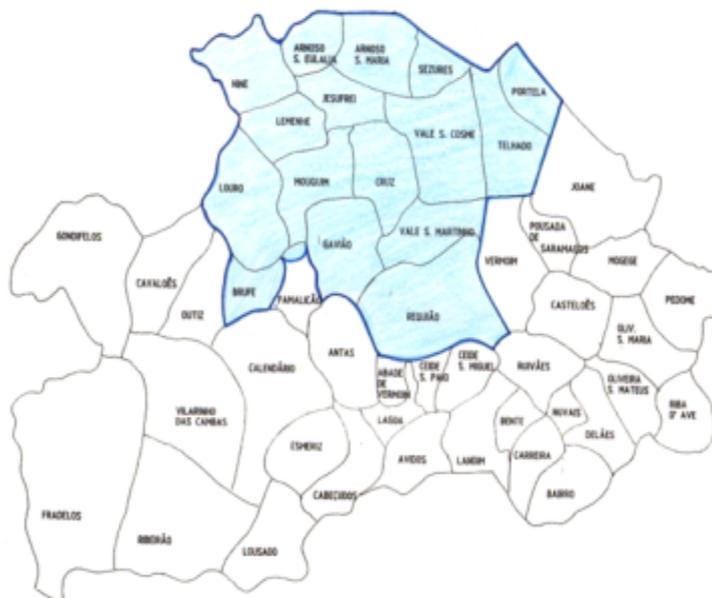
Com uma rica e variada tradição cultural que remonta aos tempos pré-históricos, a comunidade

famalicense tem-se afirmado com uma personalidade própria e bem definida.

Famalicão é também uma terra profundamente entranhada na vida trágica de um dos seus maiores vultos da literatura portuguesa: Camilo Castelo Branco. Em S. Miguel de Ceide, viveu e escreveu até à cegueira e ao desespero, retratando com génio a sociedade portuguesa. A Casa Museu de Camilo, património do município, é bem o exemplo vivo da vida do "maior romancista da Península Ibérica".

## 4.2. O Agrupamento

O Agrupamento de Escolas D. Maria II estende a sua área de influência por sete freguesias e quatro Uniões de Freguesias do concelho de V. N. de Famalicão, a saber: Gavião, Brufe, Louro, Cruz, Vale S. Martinho, Requião, Nine e União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, União das Freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures, União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela.



**Ilustração 4 – Território escolar**

A maior parte dos alunos oriundos destas freguesias são transportados, diariamente, para a escola sede e para a EB Conde de Arnoso, pelas empresas de transporte do concelho. Consta-se que são poucos os que fazem o trajeto casa-escola a pé, sendo o automóvel dos pais ou de outros familiares o meio de transporte mais utilizado, na Educação Pré-escolar e no 1.º Ciclo.

Os estabelecimentos de ensino que integram o Agrupamento estão distribuídos por espaços de natureza industrial, semirural e rural, localizando-se, a maior parte, em freguesias bastante próximas da sede do concelho e, por esse motivo, acolhem uma população discente mais identificada com hábitos urbanos. No entanto, há estabelecimentos de ensino localizados em zonas mais carenciadas do concelho, em que a maioria das famílias é de nível socioeconómico médio/baixo, vivendo principalmente do salário resultante do trabalho em pequenas e médias empresas e que, em alguns casos, é complementado por uma atividade agrícola do tipo familiar. Daí que o contexto socioeconómico em que se insere este Agrupamento seja o Contexto 2.

### 4.3. Órgãos de Administração e Gestão

As competências destas estruturas e serviços estão consignadas no Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, no Decreto-Lei nº 41/ 2012, de 21 de fevereiro (ECD) e no Regulamento Interno do Agrupamento (RI).

O organograma que, a seguir, se apresenta pretende expor a estrutura organizacional e funcional do Agrupamento.

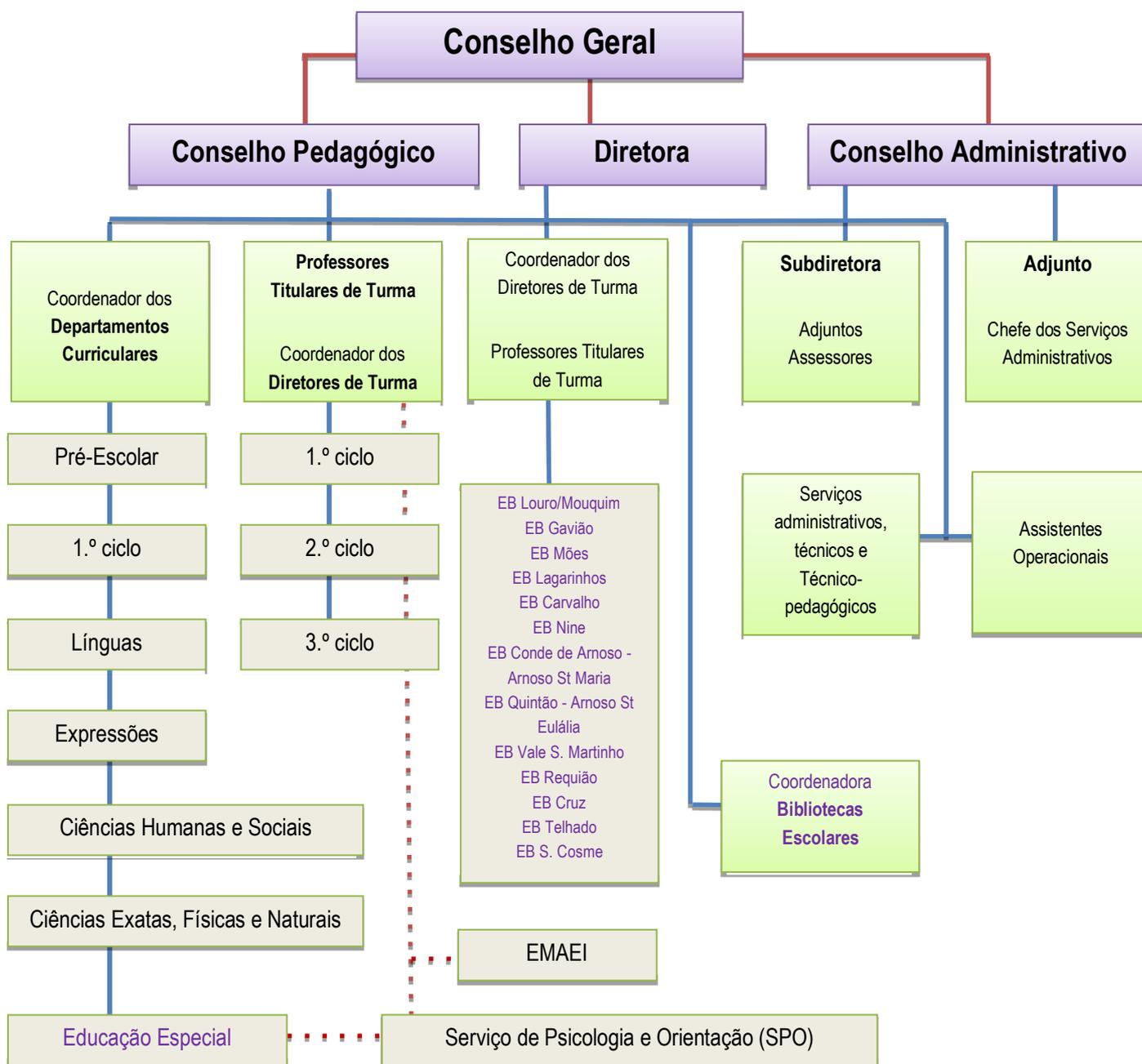


Ilustração 5 – Organograma, estrutura organizacional e funcional do Agrupamento.

#### 4.4. Regime de funcionamento do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas D. Maria II compreende a Educação Pré-escolar e três Ciclos sequenciais, sendo o 1.º Ciclo de quatro anos (1.º, 2.º, 3.º e 4.º), o 2.º Ciclo de dois anos (5.º e 6.º) e o 3.º Ciclo de três anos (7.º, 8.º e 9.º).

O Agrupamento tem a seguinte oferta educativa:

- Educação Pré-escolar – destina-se às crianças dos três anos de idade até à idade de ingresso no 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo considerada como “a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”. Os Jardins de Infância proporcionam às crianças atividades e projetos, que se constroem a partir dos interesses das crianças, orientados com intencionalidade educativa e que visam o seu desenvolvimento global, no âmbito da formação pessoal e social, conhecimento do mundo e formas de expressão e comunicação através de linguagens múltiplas.
- Podem matricular-se as crianças que completem 3 anos até ao dia 15 de setembro e entre essa idade e a idade de ingresso, no 1.º Ciclo do Ensino Básico. A matrícula de crianças que completem três anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro é aceite, a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nas turmas já constituídas, depois de aplicadas as prioridades abaixo indicadas, podendo a criança frequentar as atividades educativas e as atividades de animação e de apoio à família a partir da data do respetivo início.
- A matrícula das crianças que completam três anos de idade entre 1 de janeiro e o final do ano letivo, pode ser feita ao longo do ano letivo, e é aceite definitivamente desde que haja vaga, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 10.º do despacho normativo n.º6/2018, podendo frequentar a partir da data em que perfaz a idade mínima de frequência da educação pré-escolar.
- As Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico proporcionam às crianças uma educação básica, em regime de monodocência, visando uma educação para o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora, privilegiando-se uma metodologia de trabalho de projeto.
- Os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico organizam-se por áreas disciplinares e disciplinas. O 2.º Ciclo tem como função primordial fornecer noções, métodos e instrumentos de trabalho fundamentais, nas áreas essenciais do ser, do saber e do saber fazer orientadas para o desenvolvimento de atitudes ativas e conscientes perante a comunidade. O 3.º Ciclo dá prioridade à aquisição sistemática e diferenciada de conhecimentos e aptidões nas áreas da cultura humanística, artística, física, científica e tecnológica e ao desenvolvimento de atitudes e valores que facultem a formação adequada e o prosseguimento de estudos em simultâneo com a realização autónoma e responsável da pessoa humana.
- Nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, recorre-se a medidas, modalidades e estratégias de apoio à aprendizagem que garantem a inclusão, bem como o aumento da participação dos alunos nos processos de aprendizagem. Pretende-se (cor)responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos, de modo a permitir que todos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes e alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

## 5. Recursos Humanos

### 5.1. Docentes

Quadro 1 – Distribuição dos docentes por Ciclo de ensino/vínculo contratual 2020/21

Pré-escolar	1.º Ciclo/grupo 120	2.º /3.º Ciclo	Total
25 (3 contrato)	64 (6 contrato)	92 quadro + 28 termo	<b>181</b> <b>(37 contrato)</b>

### 5.2. Não Docentes

Quadro 2 – Distribuição do pessoal não docente 2020/21

Categoria	Técnicos superiores	Assistentes técnicos	Assistentes operacionais	Total
2019/2020	1	19	97	<b>117</b>
2020/2021	3	20	100	<b>123</b>

### 5.3. Alunos

Quadro 3 – Distribuição dos alunos por nível de ensino

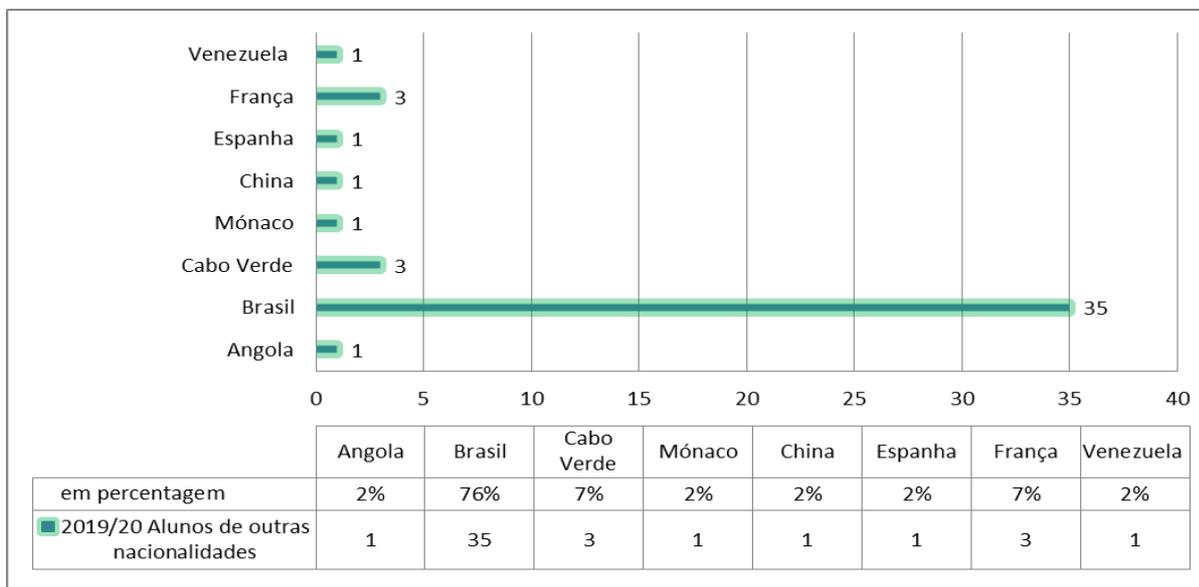
Níveis de ensino	Pré-escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
2018/2019	432	971	401	564	<b>2368</b>
2019/2020	457	955	432	649	<b>2493</b>
2020/2021	452	930	379	654	<b>2415</b>

### 5.3.1. Fluxos escolares

No ano letivo de 2019/20, verifica-se a existência, no universo dos 2493 alunos do Agrupamento, de uma percentagem reduzida de alunos de outras nacionalidades, num total de 46 alunos oriundos de: Angola (1 aluno), do Brasil (35 alunos), França (3 alunos), Venezuela (1 aluno), Mónaco (1 aluno), de Cabo Verde (3 alunos), China (1 aluno) e da Espanha (1 aluno).

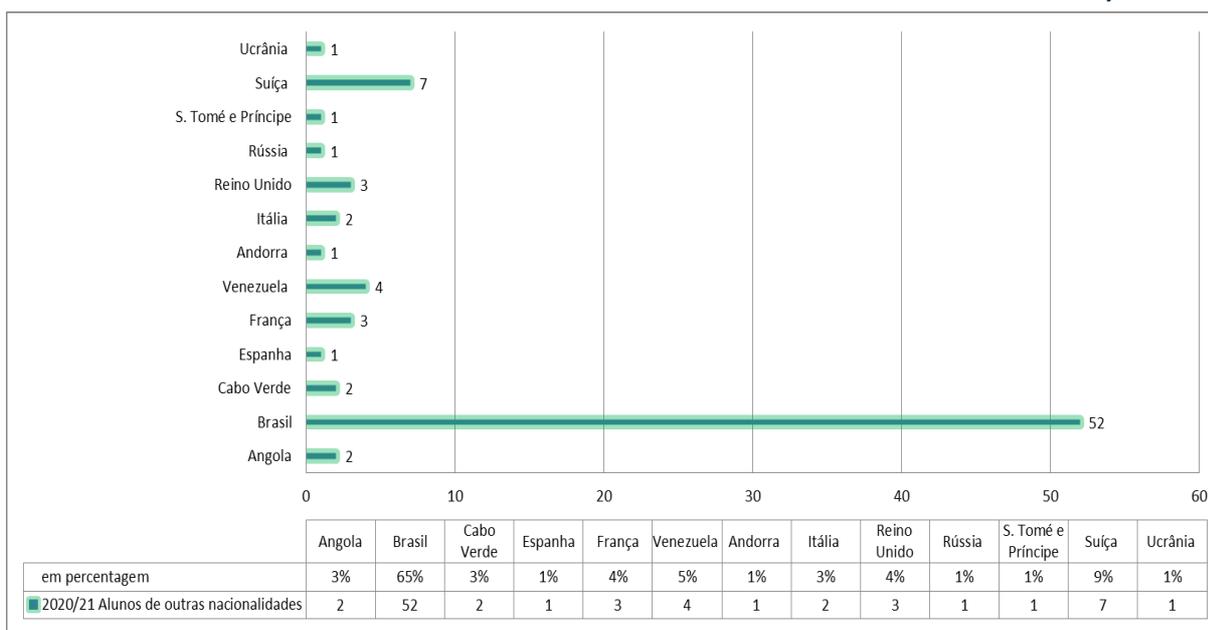
Os dados apresentados nos gráficos seguintes foram recolhidos na Plataforma MISI

**Gráfico A – Fluxos Escolares 2019/2020**



No ano letivo de 2020/21, verifica-se uma subida acentuada da percentagem de alunos de outras nacionalidades, que frequentam os estabelecimentos escolares do Agrupamento, num total de 80 alunos oriundos de: Andorra (1 aluno), Angola (2 alunos), Brasil (52 alunos), França (3 alunos), Venezuela (4 alunos), Cabo Verde (2 alunos), Espanha (1 aluno), Itália (2 alunos), Reino Unido (3 alunos), Rússia (1 aluno), S. Tomé e Príncipe (1 aluno), Suíça (7 alunos) e Ucrânia (1 aluno).

**Gráfico B – Fluxos Escolares 2020/2021**



## 5.3.2. Contexto Social dos alunos

Quadro 4 – Número de Alunos por Filiação/Profissão - ano letivo 2020/21

## Número de Alunos por Filiação - Profissão

	Bas			CET			Total
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública, de	16	24	40	2	1	3	43
Directores de serviços administrativos e comerciais	29	17	46	2	2	4	50
Directores de produção e de serviços especializados	20	9	29	4	2	6	35
Directores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços	51	52	103	20	5	25	128
Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	51	77	128	22	20	42	170
Profissionais de saúde	103	22	125	48	2	50	175
Professores	173	32	205	32	16	48	253
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	76	21	97	21	3	24	121
Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	9	20	29	6	6	12	41
Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	47	17	64	6	3	9	73
Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio	30	78	108	6	16	22	130
Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde	60	4	64	15		15	79
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeira, administrativa e dos negócios	161	78	239	46	7	53	292
Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	12	5	17	8		8	25
Técnicos das tecnologias de informação e comunicação	5	14	19		2	2	21
Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	78	21	99	19	2	21	120
Pessoal de apoio directo a clientes	84	27	111	15	3	18	129
Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	40	49	89	8	4	12	101
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	61	22	83	12		12	95
Trabalhadores dos serviços pessoais	172	21	193	31	4	35	228
Vendedores	188	82	270	31	18	49	319
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	153	4	157	23		23	180
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	19	50	69	2	12	14	83
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	4	16	20				20
Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado		2	2				2
Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e colectores, de subsistência		4	4				4
Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista	8	126	134		11	11	145
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	6	190	196		23	23	219
Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e	26	17	43	3	1	4	47
Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica	3	47	50		13	13	63
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	488	165	653	94	22	116	769
Operadores de instalações fixas e máquinas	426	187	613	105	31	136	749
Trabalhadores da montagem	21	19	40	2		2	42
Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	7	101	108		11	11	119
Trabalhador de limpeza	57	6	63	5	1	6	69
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	3	7	10		1	1	11
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	35	27	62	12	4	16	78
Assistentes na preparação de refeições	33	2	35	7	1	8	43
Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	8	11	19		3	3	22
Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	18	20	38	4	4	8	46
Outra	754	625	1379	209	279	488	1867
<b>Total</b>	<b>3535</b>	<b>2318</b>	<b>5853</b>	<b>820</b>	<b>533</b>	<b>1353</b>	<b>7206</b>

Quadro 5 – Número de Alunos por Filiação/Habilitações - ano letivo 2020/21

	Bas			CET			Total
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	
Doutoramento	264	56	320	11	6	17	337
Mestrado	374	124	498	58	14	72	570
Licenciatura	548	206	754	186	70	256	1010
Bacharelato	9	7	16		3	3	19
Pós-graduação	180	47	227	11	8	19	246
Secundário	756	398	1154	243	100	343	1497
Básico (3º ciclo)	585	491	1076	116	104	220	1296
Básico (2º ciclo)	361	360	721	33	42	75	796
Básico (1º ciclo)	80	91	171	5	2	7	178
Sem Habilitações	24	6	30	2		2	32
Curso de esp. tecnológica				7	6	13	13
Não responde	1	2	3				3
Formação Desconhecida	352	529	881	148	178	326	1207
Outra	1	1	2				2
<b>Total</b>	<b>3535</b>	<b>2318</b>	<b>5853</b>	<b>820</b>	<b>533</b>	<b>1353</b>	<b>7206</b>

Quadro 6i – Número de Alunos com computador/Internet - ano letivo 2020/21

Computador/Internet		CET	Bas	Total
N	N	177	901	1078
N	S	44	54	98
S	N	3	21	24
S	S	228	987	1215
<b>Total</b>		<b>452</b>	<b>1963</b>	<b>2415</b>

### 5.3.3. Situação Socioeconómica dos alunos/Ação Social Escolar (ASE)

Como ilustra o quadro seguinte, relativamente à situação socioeconómica dos alunos, no ano letivo 2019/20, verifica-se que 31,7% dos alunos se encontram abrangidos pela Ação Social Escolar (escalões A e B).

Quadro 7 – Situação Socioeconómica dos alunos no ano letivo 2020/21

Escolas	Beneficiários ASE				Escalões Abono de Família			
	A	B	C	Total	1	2	3	Total
	143	251	0	394	147	273	244	664

## 5.4. Resultados Académicos

A Equipa de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas D. Maria II apresentou nos relatórios da avaliação do Sucesso Académico (SA), realizados, ao longo do ano letivo transato, análises exaustivas dos resultados do Agrupamento, nas componentes interna e externa, destacando as taxas de transição, bem como a eficácia e a qualidade do sucesso.

Procedeu também a um trabalho sistemático de organização e de cálculo dos dados recolhidos juntos dos departamentos curriculares, apresentando as reflexões e as estratégias de melhoria definidas pelos docentes.

**Quadro 8 – Evolução alunos matriculados/avaliados no Ensino Básico**

Ano letivo	Matriculados	Avaliados	Abandono
<b>2017/18</b>	1872	1823	0
<b>2018/19</b>	1954	1936	0
2019/20	<b>2036</b>	<b>2034</b>	<b>1</b>

Tabela 1 – Avaliação Interna – Taxas de Sucesso 2018/19 e 2019/20

Disciplina >		PORT	MAT	ESTM	EA	EF	EXP	ING	
Ano letivo >		2018/2019							
1.º Ano	n	192	192	192	192	192			
	%	92,2	93,2	99,5	100,0	100,0			
2.º Ano	n	297	297	297			297		
	%	91,9	92,3	98,0			100,0		
3.º Ano	n	242	242	242			242	242	
	%	98,8	94,2	99,6			100,0	98,3	
4.º Ano	n	240	240	240			240	240	
	%	98,3	94,6	98,8			100,0	98,8	
1.º Ciclo	n	971	971	971	192	192	779	482	
	%	95,3	93,5	98,9	100,0	100,0	100,0	98,5	

Disciplina >		PORT	ING	HGP	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	TIC
Ano letivo >		2018/2019									
5.º Ano	n	219	219	218	218	219	218	193	193	218	219
	%	93,6	92,7	89,0	80,7	96,8	100,0	100,0	98,4	100,0	100,0
6.º Ano	n	182	182	181	181	182	181	173	172	181	
	%	96,2	91,8	94,5	88,4	100,0	100,0	100,0	97,1	99,4	
2.º Ciclo	n	401	401	399	399	401	399	366	365	399	219
	%	94,8	92,3	91,5	84,2	98,3	100,0	100,0	97,8	99,7	100,0

Disciplina >		PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	FQ	EV	TIC	EF	DAN	ET
Ano letivo >		2018/2019													
7.º Ano	n	196	196	149	46	195	196	195	195	196	193	192	196	111	81
	%	88,3	89,3	94,0	97,8	96,9	97,4	70,8	85,1	90,8	99,0	96,4	97,4	91,9	97,5
8.º Ano	n	246	246	131	115	246	246	246	246	246	244	244	247	115	129
	%	83,3	86,6	87,0	87,8	93,9	98,0	74,0	96,3	86,6	99,2	95,9	99,6	99,1	100,0
9.º Ano	n	120	120	81	39	120	120	119	120	120	116		121		
	%	90,8	75,0	93,8	97,4	94,2	98,3	74,8	91,7	89,2	100,0		98,3		
3.º Ciclo	n	562	562	361	200	561	562	560	561	562	553	436	564	226	210
	%	86,7	85,1	91,4	92,0	95,0	97,9	73,0	91,4	88,6	99,3	96,1	98,6	95,6	99,0

Disciplina >		PORT	MAT	ESTM	EA	EF	EXP	ING	
Ano letivo >		2019/2020							
1.º Ano	n	221	221	221	221	221			
	%	96,8	98,2	100,0	100,0	100,0			
2.º Ano	n	210	210	210	210	210			
	%	97,1	93,3	100,0	100,0	100,0			
3.º Ano	n	289	289	289			289	288	
	%	98,3	97,9	99,0			100,0	99,3	
4.º Ano	n	241	241	241			242	242	
	%	98,3	96,7	97,1			100,0	99,2	
1.º Ciclo	n	961	961	961	431	431	531	530	
	%	97,7	96,7	99,0	100,0	100,0	100,0	99,2	

Relativamente ao 1.º Ciclo, constata-se que, no ano letivo 2019/20, comparativamente com 2018/19, as Taxas de Sucesso (TS) subiram nas disciplinas de PORT, MAT, ESTM e ING, mantendo-se nos 100% nas restantes, EA, EF e EXP.

No 2.º Ciclo, as TS subiram nas disciplinas PORT, ING, MAT, CN, EM, EF e, de forma acentuada, em HGP. Manteve-se nos 100% nas disciplinas de EV e ET e, na disciplina de TIC, desceu 0,5%, de 100% para 99,5%.

No caso do 3.º Ciclo, verifica-se que as TS sobem em todas as disciplinas e, de forma significativa, em ESP e Mat, respetivamente, 8% e 11,4%, descendo, apenas, na disciplina de EV, uma 0,1% (de 99,3% para 99,2%). As TS atingem, neste último ano letivo, os 100% em ESP e ET.

Disciplina >		PORT	ING	HGP	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	TIC
Ano letivo >		2019/2020									
5.º Ano	n	208	208	208	208	208	208	188	188	208	188
	%	97,1	93,8	97,6	85,1	98,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
6.º Ano	n	221	221	221	221	221	221	195	196	221	196
	%	98,2	93,7	99,1	86,9	99,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,0
2.º Ciclo	n	429	429	429	429	429	429	383	384	429	384
	%	97,7	93,7	98,4	86,0	98,6	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5

Disciplina >		PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	FQ	EV	TIC	EF	DAN	ET
Ano letivo >		2019/2020													
7.º Ano	n	215	215	161	54	215	215	215	215	215	208	208	215	119	89
	%	94,9	97,2	94,4	100,0	98,1	97,7	89,3	97,7	91,6	99,5	99,5	99,1	98,3	100,0
8.º Ano	n	188	188	143	45	188	188	188	188	188	186	185	188	113	72
	%	91,5	97,3	95,1	100,0	98,4	97,3	69,7	97,3	94,1	98,9	98,4	100,0	100,0	100,0
9.º Ano	n	240	240	126	114	240	241	240	240	240	238		241		
	%	96,7	89,6	94,4	100,0	98,3	100,0	91,7	92,9	94,2	99,2		99,6		
3.º Ciclo	n	643	643	430	213	643	644	643	643	643	632	393	644	232	161
	%	94,6	94,4	94,7	100,0	98,3	98,4	84,4	95,8	93,3	99,2	99,0	99,5	99,1	100,0

Tabela 2 – Avaliação Interna – Médias 2018/19 e 2019/20

Disciplina>	PORT	MAT	ESTM	EA	EF	EXP	ING
Ano letivo>	2018/2019						
1.º ano	4,0	4,2	4,5	4,1	4,3		
2.º ano	3,9	3,8	4,3			4,2	
3.º ano	3,8	3,7	4,1			4,2	4,1
4.º ano	4,0	3,9	4,1			4,4	4,2
<b>1.º Ciclo</b>	<b>3,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>	<b>4,3</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>

Disciplina>	PORT	ING	HGP	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	TIC
Ano letivo>	2018/2019									
5.º ano	3,5	3,7	3,4	3,3	3,7	3,8	3,8	3,8	4,2	4,3
6.º ano	3,4	3,5	3,6	3,5	3,8	3,7	3,7	3,8	3,9	
<b>2.º Ciclo</b>	<b>3,4</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>3,4</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>4,1</b>	<b>4,3</b>

Disciplina>	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	FQ	EV	TIC	EF	DAN	ET
Ano letivo>	2018/2019													
7.º ano	3,2	3,3	3,6	3,7	3,4	3,5	3,1	3,3	3,4	3,9	3,7	3,9	3,9	3,7
8.º ano	3,1	3,3	3,1	3,2	3,4	3,4	3,1	3,5	3,2	3,9	3,5	3,9	4,2	3,5
9.º ano	3,2	3,3	3,3	3,6	3,4	3,6	3,3	3,3	3,4	4,0		4,0		
<b>3.º Ciclo</b>	<b>3,1</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>	<b>3,6</b>

Disciplina>	PORT	MAT	ESTM	EA	EF	EXP	ING
Ano letivo>	2019/2020						
1.º ano	4,2	4,3	4,6	4,2	4,4		
2.º ano	4,0	3,9	4,4	4,2	4,2		
3.º ano	4,1	4,0	4,3			4,3	4,4
4.º ano	3,9	3,9	4,0			4,4	4,1
<b>1.º Ciclo</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,3</b>	<b>4,2</b>	<b>4,3</b>	<b>4,3</b>	<b>4,2</b>

No que respeita às médias obtidas no 1.º Ciclo, verifica-se pela análise das tabelas apresentadas, que subiram no ano letivo 2019/20, em relação ao ano transato, nas disciplinas de PORT, MAT, EA e ING, mantendo-se nas restantes disciplinas, ESTM, EF e EXP. PORT e MAT registaram as médias mais baixas, nestes dois anos letivos, 3,9 em 2018/19 e 4,0 em 2019/20.

No 2.º Ciclo, constata-se que as médias subiram em todas as disciplinas, exceto em MAT e EF, mantendo-se nos 3,4 e 4,1, respetivamente, e em TIC, em que baixaram 0,2, de 4,3 para 4,1.

No 3.º Ciclo, as médias subiram em todas as disciplinas, exceto apenas em DAN, em que desceram 0,1, passando de 4,1 para 4,0.

Disciplina>	PORT	ING	HGP	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	TIC
Ano letivo>	2019/2020									
5.º ano	3,5	3,6	3,8	3,4	3,8	3,9	3,9	4,1	4,1	4,1
6.º ano	3,5	3,7	3,7	3,4	3,8	3,9	4,0	3,9	4,2	4,0
<b>2.º Ciclo</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,4</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>

Disciplina>	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	FQ	EV	TIC	EF	DAN	ET
Ano letivo>	2019/2020													
7.º ano	3,5	3,7	3,8	3,4	3,7	3,7	3,4	3,8	3,5	4,2	4,0	4,0	4,0	4,3
8.º ano	3,3	3,5	3,5	3,6	3,7	3,5	3,1	3,7	3,6	4,0	3,8	4,2	4,0	4,3
9.º ano	3,3	3,4	3,3	3,6	3,5	3,7	3,5	3,3	3,4	4,0		4,2		
<b>3.º Ciclo</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,5</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>4,1</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>	<b>4,0</b>	<b>4,3</b>

Tabela 3 – Avaliação externa 2017/18 e 2018/19

## Português

		Ano de Escolaridade >		
		9º ano	9º ano	
Taxa de Sucesso	Ano letivo >		2017/18	2018/19
	Agrupamento (A)	n	88	95
		%	<b>89,8</b>	<b>85,6</b>
	Nacional (N)	n	81368	70352
%		<b>86,8</b>	<b>76,8</b>	

## Matemática

		Ano de Escolaridade >		
		9º ano	9º ano	
Taxa de Sucesso	Ano letivo >		2017/18	2018/19
	Agrupamento (A)	n	42	86
		%	<b>42,9</b>	<b>77,5</b>
	Nacional (N)	n	45311	55568
%		<b>48,0</b>	<b>60,1</b>	

		Ano de Escolaridade >		
		9º ano	9º ano	
Médias	Ano letivo >		2017/18	2018/19
	Agrupamento (A)	1		
		2	10	16
		3	41	52
		4	45	40
		5	2	3
	Médias	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	
Nacional (N)	Médias	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>	

		Ano de Escolaridade >		
		9º ano	9º ano	
Médias	Ano letivo >		2017/18	2018/19
	Agrupamento (A)	1	28	3
		2	28	22
		3	22	27
		4	17	47
		5	3	12
	Médias	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>	
Nacional (N)	Médias	<b>2,6</b>	<b>3,0</b>	

As tabelas apresentadas referem-se às TS obtidas na avaliação externa (9.º ano de escolaridade) nos anos letivos 2017/18 e 2018/19.

Verifica-se que, em PORT, a TS do Agrupamento (A) baixou 4,2% em 2018/19, passando de 89,8 registado em 2017/18 para 85,6, ficando acima da Nacional (N), nos anos letivos referidos. Relativamente às médias do Agrupamento, nesta disciplina, verifica-se que baixaram 0,1 em 2018/19, passando de 3,4 para 3,3, mas ficaram, neste ano letivo, acima da Nacional 0,2 (3,3). Em MAT, a TS do Agrupamento subiu, significativamente, no ano letivo 2018/19, 34,6% (de 42,9% para 77,5%). Relativamente à TS Nacional, a do Agrupamento ficou abaixo 5,1% em 2017/18, mas, em 2018/19, ficou acima 17,4%, situando-se em 77,5%.

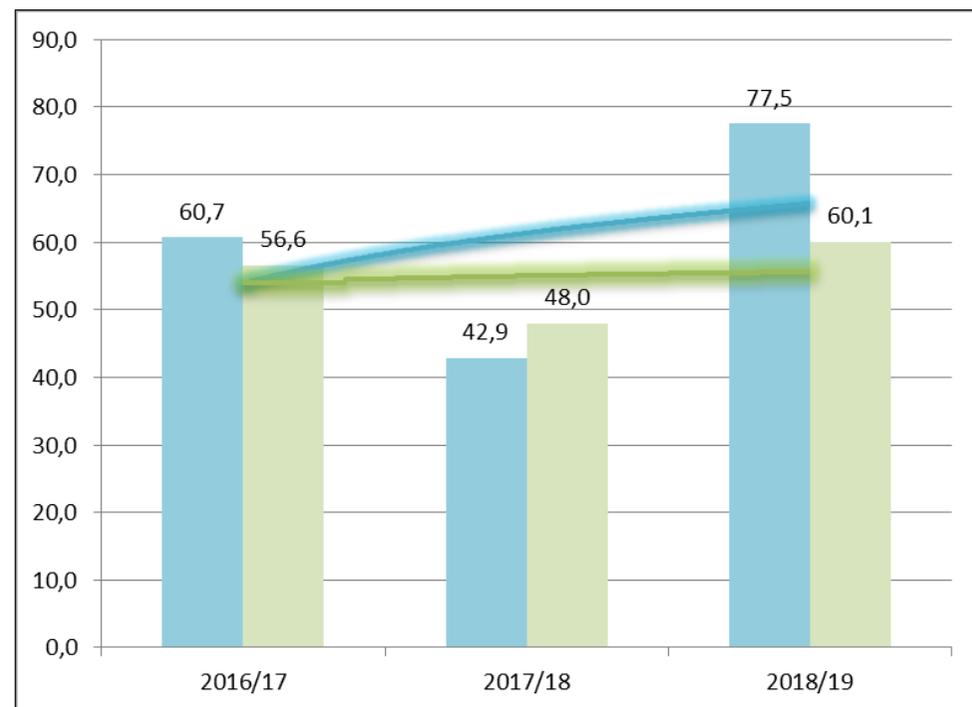
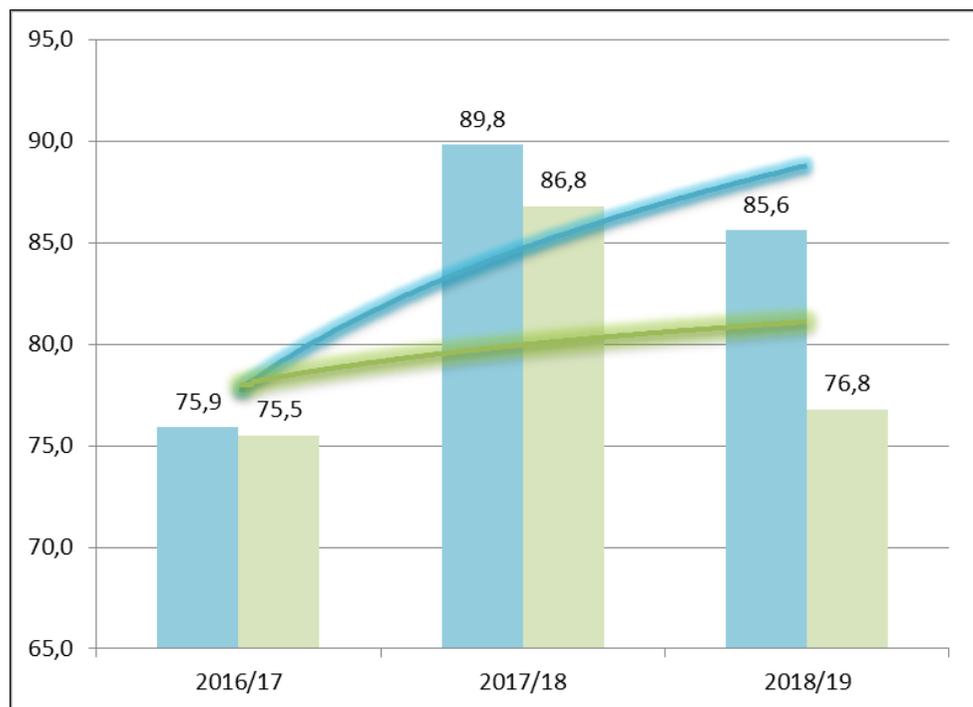
No que se refere às médias, em 2018/19 as do Agrupamento, constata-se que subiram 1,0 no ano letivo 2018/19, passando de 2,4, valor registado em 2017/18, para 3,4.

Gráfico 4 – Avaliação externa. Evolução entre 2016/17, 2017/18 e 2018/19

### Português

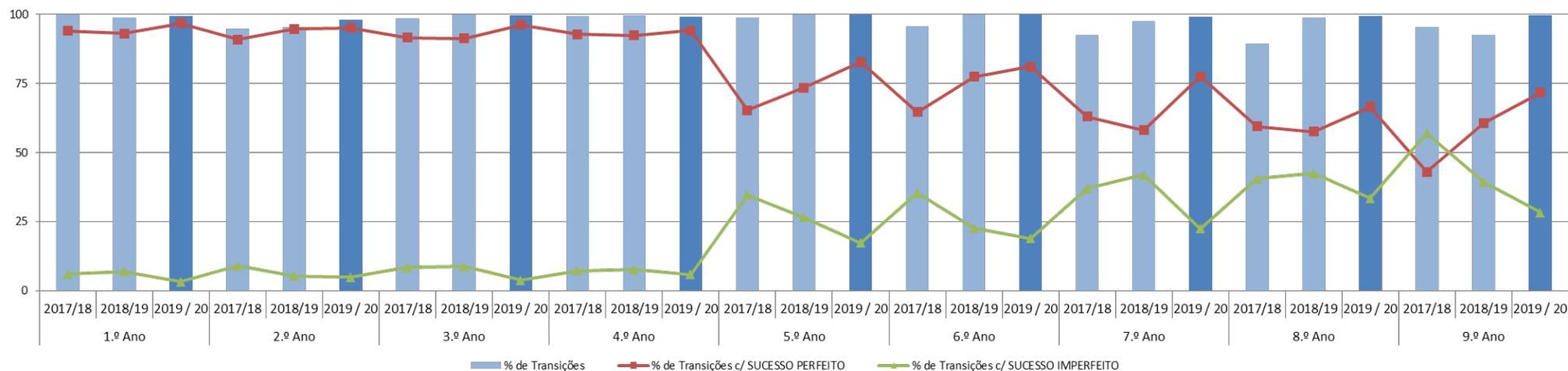
### Matemática

- Agrupamento (A)
- Nacional (N)
- Logarítmica (Agrupamento (A))
- Logarítmica (Nacional (N))



**Gráfico 5 – Taxas de Transição interligadas com as transições com Sucesso Perfeito e Imperfeito**

No gráfico que se segue são apresentadas as taxas de transição (com Sucesso Perfeito e Imperfeito dos três Ciclos de ensino) na comparação entre os anos letivos 2017/18, 2018/19 e 2019/20.



#### Eficácia Interna e Qualidade Interna (nas transições)

No 1.º Ciclo, foi o 2.º ano de escolaridade que registou as menores taxas de transição (95,3%), verificando-se um aumento comparativamente com o ano letivo anterior (0,6%). No 3.º ano, a taxa de transição foi de 100%, subindo, relativamente o ano letivo transato, 1,2%, enquanto, no 4.º ano, se manteve nos 99,6%. No 1.º ano, verificou-se uma taxa de transição de 99%. Nos 1.º, 3.º e 4.º anos, baixou a taxa de transição com Sucesso Perfeito, comparativamente com o período homólogo, respetivamente, 0,8%, 0,3% e 0,4% e, no 2.º ano, melhorou significativamente (3,7%), de 91% para 94,7%.

Se observarmos atentamente os resultados referentes às taxas de transição com Sucesso Imperfeito no 1.º Ciclo, conclui-se que, só no 2.º ano de escolaridade, é que desceram, de forma significativa, de 9% para 5,3%, subindo ligeiramente nos restantes anos.

De acordo com os dados apresentados no gráfico, pode-se constatar que o número de transições no 2.º Ciclo evoluiu positivamente no período compreendido entre os anos letivos de 2016/17 e 2018/19, já que não houve nenhum aluno retido. A taxa de transição no 5.º ano evoluiu 6,8% ao longo dos três anos letivos. No 6.º ano, registou-se um aumento de 9,8% nesta taxa.

Relativamente às taxas de transição com Sucesso Perfeito neste ciclo, registou-se, no 5.º ano, uma ligeira diminuição na percentagem de transições com Sucesso Perfeito no período entre 2016/17 e 2018/19 (de 74,2% para 73,5%). No entanto, verifica-se que houve um aumento de 8,2% entre este ano letivo e o ano letivo anterior. Já o 6.º ano apresentou um aumento significativo na taxa de transições com Sucesso Perfeito de 50% para 77,5%, no período entre 2016/17 e 2018/19.

No 3.º Ciclo, continua a verificar-se a tendência de aproximação entre as percentagens de transições com Sucesso Perfeito/com Sucesso Imperfeito. No 7.º ano, o diferencial entre as transições com Sucesso Perfeito e transições com Sucesso Imperfeito é notório (16,2%), o que, por si só, traduz uma situação satisfatória. No 8.º ano, a tendência de aproximação de valores acentuou-se, sendo agora a diferença de 14,2%. No 7.º ano, à semelhança dos dois anos letivos anteriores, o Sucesso Perfeito mantém-se em vantagem relativamente ao imperfeito, apesar de apresentar um diferencial negativo de 4,9%, relativamente ao ano letivo transato. No 8.º ano, desde 2017/18 que a tendência de o Sucesso Perfeito estar acima do Imperfeito se mantém, apesar de registar um decréscimo de 1,9% comparativamente ao ano transato. No 9.º ano, neste ano letivo, a taxa de transição com Sucesso Perfeito (60,7%) é superior à de transição com Sucesso Imperfeito (39,3%) em 21,4%, o que veio inverter a tendência do ano letivo anterior.

Tabela D – Taxa de transição / Conclusão 2017/18, 2018/19 e 2019/20

Ano letivo > Ano de Escolaridade		Transição	Sucesso perfeito	Sucesso imperfeito		
		2017/18				
1.º Ciclo	1.º Ano	n	283	266	17	
		%	100,0	94,0	6,0	
	2.º Ano	n	233	212	21	
		%	94,7	91,0	9,0	
	3.º Ano	n	237	217	20	
		%	98,8	91,6	8,4	
	4.º Ano	n	224	208	16	
		%	99,6	92,9	7,1	
			n	977	903	74
			%	98,3	92,4	7,6
2.º Ciclo	5.º Ano	n	173	113	60	
		%	98,9	65,3	34,7	
	6.º Ano	n	150	97	53	
		%	95,5	64,7	35,3	
			n	323	210	113
			%	97,3	65,0	35,0
3.º Ciclo	7.º Ano	n	243	153	90	
		%	92,7	63,0	37,0	
	8.º Ano	n	116	69	47	
		%	89,2	59,5	40,5	
	9.º Ano	n	100	43	57	
		%	95,2	43,0	57,0	
			n	459	265	194
			%	92,4	57,7	42,3

			Transição	Sucesso perfeito	Sucesso imperfeito	
			2018/19			
1.º Ciclo	1.º Ano	n	190	177	13	
		%	99,0	93,2	6,8	
	2.º Ano	n	283	268	15	
		%	95,3	94,7	5,3	
	3.º Ano	n	242	221	21	
		%	100,0	91,3	8,7	
	4.º Ano	n	239	221	18	
		%	99,6	92,5	7,5	
			n	954	887	67
			%	98,2	93,0	7,0
2.º Ciclo	5.º Ano	n	219	161	58	
		%	100,0	73,5	26,5	
	6.º Ano	n	182	141	41	
		%	100,0	77,5	22,5	
			n	401	302	99
			%	100,0	75,3	24,7
3.º Ciclo	7.º Ano	n	191	111	80	
		%	97,4	58,1	41,9	
	8.º Ano	n	243	140	103	
		%	98,8	57,6	42,4	
	9.º Ano	n	112	68	44	
		%	92,6	60,7	39,3	
			n	546	319	227
			%	97,0	58,4	41,6

	Ano letivo> Ano de Escolaridade		Transição	Sucesso perfeito	Sucesso imperfeito
			2019/20		
<b>1.º Ciclo</b>	<b>1.º Ano</b>	n	221	214	7
		%	99,5	96,8	3,2
	<b>2.º Ano</b>	n	206	196	10
		%	98,1	95,1	4,9
	<b>3.º Ano</b>	n	288	277	11
		%	99,7	96,2	3,8
	<b>4.º Ano</b>	n	240	226	14
		%	99,2	94,2	5,8
		n	<b>955</b>	<b>913</b>	<b>42</b>
		%	<b>99,2</b>	<b>95,6</b>	<b>4,4</b>
<b>2.º Ciclo</b>	<b>5.º Ano</b>	n	208	172	36
		%	100,0	82,7	17,3
	<b>6.º Ano</b>	n	222	180	42
		%	100,0	81,1	18,9
		n	<b>430</b>	<b>352</b>	<b>78</b>
		%	<b>100,0</b>	<b>81,9</b>	<b>18,1</b>
<b>3.º Ciclo</b>	<b>7.º Ano</b>	n	214	166	48
		%	99,1	77,6	22,4
	<b>8.º Ano</b>	n	188	125	63
		%	99,5	66,5	33,5
	<b>9.º Ano</b>	n	240	172	68
		%	99,6	71,7	28,3
		n	<b>642</b>	<b>463</b>	<b>179</b>
		%	<b>99,4</b>	<b>72,1</b>	<b>27,9</b>

## 6. Matrizes Curriculares

As matrizes curriculares definidas para a Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, obedecem ao estipulado no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

### 6.1. Educação Pré-escolar

A Educação Pré-escolar funciona em regime de monodocência, com uma componente letiva de 25 horas semanais, ou seja, cinco horas distribuídas por dois períodos: manhã e tarde, das 9 às 12 horas e das 13h30 às 15h30.

São, ainda, asseguradas Atividades de Animação e Apoio à Família, que compreendem o almoço, o acolhimento e o prolongamento de horário e as interrupções letivas (Natal, Carnaval, Páscoa, início e final do ano letivo). O horário de funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à família (AAAF) é fixado no início das atividades de cada ano letivo em função das necessidades comprovadas das famílias. Estas atividades funcionam das 7h30 às 9h00, das 12h00 às 13h30 e das 15h30 às 18h30, podendo ser alargadas 30m de manhã e/ou à tarde mediante apresentação de comprovativo de horário de trabalhos dos pais, que assim o justifique.

Estas atividades são caracterizadas por uma natureza lúdica, em que a criança escolhe o que deseja fazer, constituindo um processo educativo informal e garantindo a qualidade educativa de todo o tempo de atendimento. São supervisionadas pelos educadores responsáveis pelo grupo.

**Quadro 9 – Matriz do Pré-Escolar**

<p><b>Formação Pessoal e Social</b> Área transversal, pois embora tendo conteúdos próprios, se insere em todo o trabalho educativo realizado no Jardim de Infância. Incide no desenvolvimento de atitudes, disposições e valores, que permitam às crianças continuar a aprender com sucesso e a tornarem-se cidadãos autónomos, conscientes e solidários.</p>	
<p><b>Expressão e Comunicação</b> Engloba diferentes formas de linguagem que são indispensáveis para a criança interagir com os outros, dar sentido e representar o mundo que a rodeia. É a única área em que se distinguem diferentes domínios, que se incluem na mesma área por terem uma íntima relação entre si e constituírem formas de linguagem indispensáveis para a criança interagir com os outros, exprimir os seus pensamentos e emoções de forma própria e criativa, dar sentido e representar o mundo que a rodeia. Estas características levam a considerá-la uma área básica, pois incide em aspetos essenciais de desenvolvimento e aprendizagem, que permitem à criança apropriar-se de instrumentos fundamentais para a aprendizagem de outras áreas, mas, também, para continuar a aprender ao longo da vida.</p>	<b>DOMÍNIOS</b>
	<p><b>Educação Física</b> Refere-se ao desenvolvimento de capacidades motoras, em que as crianças terão oportunidade de tomar consciência do seu corpo na relação com os outros e com diversos espaços e materiais.</p>
	<p><b>Expressão Artística</b> Engloba as possibilidades de a criança utilizar diferentes manifestações artísticas para se exprimir, comunicar, representar e compreender o mundo. A especificidade de diferentes linguagens artísticas corresponde à introdução de subdomínios que incluem artes visuais, dramatização, música, dança.</p>
	<p><b>Linguagem Oral e Abordagem à Escrita</b> O desenvolvimento da linguagem oral é fundamental na Educação Pré-escolar como instrumento de expressão e comunicação que a criança vai progressivamente ampliando e dominando nesta etapa do seu processo educativo. Importa ainda facilitar a emergência da linguagem escrita, através do contacto e uso da leitura e da escrita em situações reais e funcionais associadas ao quotidiano da criança.</p>
	<p><b>Matemática</b> Tendo a Matemática um papel essencial na estruturação do pensamento, e dada a sua importância para a vida do dia a dia e para as aprendizagens futuras, o acesso a esta linguagem é fundamental para a criança dar sentido, conhecer e representar o mundo.</p>
<p><b>Conhecimento do Mundo</b> É uma área integradora de diferentes saberes, onde se procura que a criança adote uma atitude de questionamento e de procura organizada do saber, própria da metodologia científica, de modo a promover uma melhor compreensão do mundo físico, social e tecnológico que a rodeia.</p>	
<p><b>Total de 25 horas letivas</b></p>	
<p><b>Atividades de Animação e de Apoio à Família</b></p>	

## 6.2. Primeiro Ciclo

O 1.º Ciclo funciona, em regime normal, das 9h às 17.30h, com Atividades Letivas e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), cuja frequência tem caráter obrigatório, desde que o Encarregado de Educação tenha efetuado a inscrição do seu educando nas mesmas, sendo a ausência do aluno a tais atividades considerada falta à disciplina marcada no respetivo horário.

As escolas do 1.º Ciclo, exceto as EB de Requião e de Vale S. Cosme, iniciam as atividades letivas às 9h, com um intervalo de 2h para almoço. Funcionam em regime normal, com Atividades Letivas e Atividades de Enriquecimento Curricular, das 9h às 17h30m:

### **Horário da Atividade letiva:**

- Manhã, das 9h às 12h, com um intervalo de 30 minutos;
- Tarde, entre as 14h e as 17:30h, com um intervalo de 30 minutos entre as 16h e as 16:30h.

Horário das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC): sempre no período da tarde.

### **Horário da Atividade letiva nas EB de Requião e de Vale S. Cosme:**

- Manhã, das 8h30m às 13h30m, com um primeiro intervalo de 20 minutos, entre as 10h e as 10h20m, e um segundo intervalo, entre as 11:50h e as 12h;
- Tarde, entre as 14h/15he as 17:30h, com um intervalo entre as 16h e as 16:30h.

### **Horário das Atividades de Enriquecimento Curricular:**

Por norma, no final da tarde, das 16:30m às 17:30m, e a partir das 14h.

### **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto, na Portaria n.º 644-a/2015, de 24 de agosto, do diário da República n.º 164/2015, 3.º suplemento, série ii de 24 de agosto de 2015, no Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, são selecionadas de acordo com os objetivos definidos nestes documentos. Incidem na aprendizagem da língua inglesa e nos domínios desportivo, artístico, científico, técnico e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de ligação da escola com o meio e da educação para a cidadania.

#### **Objetivos:**

Adaptar a oferta das AEC ao contexto da escola procurando atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de que o Agrupamento/estabelecimento de ensino dispõe;

Garantir que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

A Engenho - IPSS constituiu-se como entidade promotora das seguintes atividades (AEC), para os alunos do 1.º Ciclo.

O Centro de Cultura Musical (CCM) constituiu-se, como entidade promotora da Música para os 3.º e 4.º anos - Iniciação ao Instrumento, nas EB de Louro/Mouquim e Gavião (3.º e 4.º anos).

Na EB de Requião e de Vale S. Cosme, as entidades promotoras das AEC são as respetivas Associações de Pais.

## Quadro viii – Matriz curricular – 1.º Ciclo – Componentes do Currículo

1.º Ciclo							
			Carga horária semanal (horas)				
Disciplinas	Desenho Curricular	Cidadania e Desenvolvimento	TIC	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
	Português			7	7	7	7
	Matemática			7	7	7	7
	Estudo do Meio			3	3	3	3
	Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música e Educação Física			5 (a) (2h intervalo)	5 (a) (2h intervalo)	5 (a) (2,5 intervalo)	5 (a) (2,5 intervalo)
				3	3	90' Ed. Art. 60' Ed. Física	90' Ed. Art. 60' Ed. Física
	Apoio ao Estudo			1,5	1,5		
	Oferta Complementar			1,5 (a) (30' intervalo)	1,5 (a) (30' intervalo)		1
	Inglês			---	---	1	1
	<b>Total</b>			<b>25h</b>	<b>25h</b>	<b>25h</b>	<b>25h</b>
<b>Atividades Enriquecimento Curricular (b)</b>		De acordo com cada escola e ano de escolaridade					
<p>(a) O Intervalo faz parte da componente letiva e tem uma duração de 2:30 h semanais.</p> <p>(b) Música (AEC): Iniciação ao Instrumento, nas EB de Louro/Mouquim e Gavião (4.º ano): 1h semanal.</p> <p>Obs. Na atividade letiva, em coadjuvação, a disciplina de Expressões/Educação Artísticas integra Música, nas turmas dos 3.º e 4.º anos das EB de Carvalho, Gavião, Vale S. Martinho, Requião, Cruz, Louro/Mouquim e Mões.</p>							
<b>Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)</b>							
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas escolas de Requião e de Vale S. Cosme, desenvolve-se um projeto-piloto, que inclui as seguintes atividades:  EB S. Cosme <ul style="list-style-type: none"> <li>1.º Ano Atividade Física e Desportiva: 2 x 1h + 3h oferta complementar (dança Karaté e yoga) Atividades Lúdico-Expressivas: 2 x 1h (música) Inglês: 2 x 1h</li> <li>2.º Ano Atividade Física e Desportiva: 1 x 1h + 3h oferta complementar (karaté, dança e yoga) Atividades Lúdico-Expressivas: 2 x 1h (música) Inglês: 2 x 1h</li> <li>3.º Ano Atividade Física e Desportiva: 3 x 1h + 2h oferta complementar (karaté e yoga) Atividades Lúdico-Expressivas: 2 x 1h + 2h oferta complementar (teatro e música)</li> <li>4.º Ano Atividade Física e Desportiva: 1 x 1h + 2h oferta complementar (karaté; yoga e dança) Atividades Lúdico-Expressivas: 2 x 1h + 2h oferta complementar (música; teatro) Sala de Estudo- 1Xh oferta complementar (Inglês)</li> </ul> EB Requião <ul style="list-style-type: none"> <li>1.º e 2.º anos AFD: Yoga; Motricidade; Andebol e Gindança - 4h ALE: Teatro; Casa ao Lado; Hora de Brincar - 4h Inglês: 1h</li> <li>3.º e 4.º anos AFD: Yoga; Andebol e Gindança - 3h ALE: Teatro; Casa ao Lado; Hora de Brincar - 4h Biblioteca 3.º ano - 1h</li> </ul> </li> <li>Nas restantes escolas do 1.º Ciclo, as AEC incluem as seguintes áreas: Expressões; Jogos Tradicionais, Inglês, Educação Física, Jogos Tradicionais, Artes Marciais, Yoga, Jogos de Tabuleiro, Construção de Brinquedos e Música (CCM).</li> </ul>							

### 6.3. Segundo e Terceiro Ciclos

As Escolas Básicas dos 2.º e 3.º Ciclos, D. Maria II e Conde de Arnoso, funcionam, em regime de desdobramento, de segunda a sexta-feira, coincidindo o seu encerramento com o último tempo letivo.

As disciplinas que integram o currículo dos 2.º e 3.º Ciclos são:

**Quadro 10 – Matriz curricular – 2.º Ciclo do Ensino Básico**

Disciplina	Número de horas semanais	
	5.º ano	6.º ano
Português	90+90+45	90+90+45
Inglês	90+45	90+45
História e Geografia Portugal	90+45	90+45
Matemática	90+90+45	90+90+45
C. Naturais	90+45	90+45
Educação Visual	90	90
Ed. Musical	90	90
Ed. Tecnológica	90	90
Ed. Física	90+45	90+45
Cidadania e Desenvolvimento	45	45
Ed. Mor. Rel. Católica	45	45
TIC	45	45
<b>Total</b>	<b>31 tempos</b>	<b>31 tempos</b>

**Quadro 11 - Matriz curricular – 3.º Ciclo do Ensino Básico**

Disciplina	Número de horas semanais		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Português	90+90	90+90	90+90+45
Língua Estrangeira 1	90+45	90+45	90+45
Língua Estrangeira 2	90 <sup>(a)</sup>	90	90
História	90	90+45	90
Geografia	90+45	90	90
Matemática	90+90	90+90	90+90+45
Físico-Química	90+45	90+45	90+45
Ciências Naturais	90+45	90+45	90+45
Educação Visual	90	90	90
Ed. Tecnológica/Dança	45 <sup>(b)</sup>	45 <sup>(b)</sup>	---
Ed. Física	90+45	90+45	90+45
TIC	90	90	---
Ed. Mor. Rel. Católica	45	45	45
Cidadania e Desenvolvimento	45	45	45
<b>Total</b>	<b>34 tempos</b>	<b>34 tempos</b>	<b>32 tempos</b>

(a) Francês/Espanhol (b) Opcional

### **6.3.1. Distribuição do serviço letivo**

A distribuição do serviço docente orienta-se pela defesa da qualidade de ensino e dos legítimos interesses dos alunos, pautando-se por critérios de bom aproveitamento dos recursos disponíveis e procurando assegurar as melhores condições de aprendizagem, a promoção do sucesso educativo e a formação integral de todos os alunos.

A distribuição do serviço docente é da competência do diretor nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, conjugado com o Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho e pelo Despacho Normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho e visa a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

A distribuição do serviço docente concretiza -se com a entrega de um horário semanal a cada docente, no início do ano letivo, ou no início de uma atividade sempre que esta não seja coincidente com o início do ano letivo.

O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia, excetuando-se a participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.

O diretor garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente, registado no horário nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Na definição das disciplinas de Oferta de Escola ou de Oferta Complementar deve ser assegurada prioritariamente uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola.

O serviço letivo distribui-se pelos professores do grupo de recrutamento a que pertencem. Na eventualidade de a totalidade da carga letiva ser insuficiente para a atribuição do horário, o professor pode lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente Ciclo ou nível de ensino, desde que seja titular da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida.

Por norma, aos professores são atribuídas as turmas do ano letivo anterior dando-se, assim, primazia à continuidade pedagógica e ao acompanhamento dos mesmos alunos dentro do mesmo Ciclo. Não são atribuídas turmas aos professores em que se encontrem familiares seus.

Na organização da componente letiva semanal dos docentes é aplicável o disposto no Despacho Normativo n.º 10-B/2018 de 6 de julho.

No âmbito do 1.º Ciclo, atribuem-se as atividades de Apoio ao Estudo, ao docente titular da turma. A coadjuvação e o apoio educativo aos alunos do 1.º Ciclo são ministrados por professores colocados no Apoio Educativo.

O apoio aos alunos dos diferentes ciclos e níveis de ensino (medida de suporte de aprendizagem e à inclusão) é prestado, sempre que possível, por um docente do mesmo conselho de turma. Registe-se que se considera prioritário prestar apoio educativo aos alunos com Plano de Operacionalização das Medidas Universais (POMU) e aos alunos cuja língua materna não é o Português. Destina-se, ainda, à promoção do sucesso escolar de qualidade dos alunos.

Logo que as turmas concluem o Ciclo (1.º, 2.º ou 3.º), o docente recomeça, no ano letivo seguinte, com os alunos de um ciclo que está a iniciar-se.

Os cargos de coordenação pedagógica são atribuídos, por norma, aos docentes mais experientes, a nível pedagógico, e, prioritariamente, desempenhados nas horas de redução de que o docente beneficie, no âmbito do art.º 79.º do ECD, ou nas horas marcadas para a prestação de serviço, a nível do estabelecimento. Para o efeito, a diretora do Agrupamento indica os nomes de três docentes que reúnam as condições para que sejam sujeitos a eleição por parte dos elementos que constituem o departamento curricular.

Os coordenadores de departamento curricular exercem as funções de coordenação do respetivo departamento, no âmbito da componente não letiva marcada no respetivo horário semanal, e, ainda, de acordo com o disposto no artigo 79.º do ECD.

Na distribuição do serviço docente, constituem-se conselhos de turma/equipas educativas que integram os docentes das diferentes disciplinas de cada ano de escolaridade e asseguram o acompanhamento das turmas, ao longo do Ciclo de ensino.

Os diferentes grupos disciplinares contarão com um representante de disciplina, no caso do 1.º Ciclo, um representante de ano (de escolaridade), nomeados pela diretora do Agrupamento.

#### **6.4. Desdobramento de aulas**

O Agrupamento oferece o desdobramento das aulas de Físico-Química e Ciências Naturais do 3.º Ciclo do Ensino Básico, nos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, nas turmas em que o número de alunos seja igual ou superior a 20, no tempo correspondente a um máximo de 90 minutos. O desdobramento é feito apenas num bloco de 90 minutos em que a turma é subdividida: metade da turma está em Físico-Química e a outra metade em Ciências Naturais, funcionando para cada turno, semanalmente, numa das disciplinas, alternando na semana seguinte na outra disciplina.

#### **6.5. Critérios de elaboração de horários**

A duração do trabalho semanal de todos os docentes é de trinta e cinco horas, incluindo as componentes letiva e não letiva (de estabelecimento e individual) e desenvolve-se ao longo de cinco dias de trabalho.

A totalidade da componente letiva e não letiva é de vinte e sete tempos de permanência na escola, acrescida dos 45 minutos remanescentes a utilizar, preferencialmente, na articulação curricular entre os 2.º e 3.º Ciclos e o 1.º Ciclo.

Na organização da componente letiva semanal dos docentes, é aplicável a tabela constante do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e o disposto no Despacho normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho.

Na elaboração do horário de trabalho do pessoal docente é registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e à participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais.

A Componente Letiva, a constar no horário semanal de cada docente, respeita o disposto no artigo 77.º conjugado com o artigo 79.º do ECD dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, é estabelecida em função do respetivo Ciclo e nível de ensino:

- Pré-escolar e 1.º Ciclo, 25 horas;
- 2.º e 3.º Ciclos, entre 14 e 22 horas (1100 minutos), de acordo com a redução ao abrigo do artigo 79.º do ECD.

A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos do artigo 79.º do ECD, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento, sendo certa a obrigatoriedade da prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.

A componente não letiva de trabalho individual compreende a realização do trabalho de preparação e avaliação das atividades educativas realizadas pelo docente.

Ainda na determinação do número de horas destinado a trabalho individual e à participação em

reuniões, é tido em conta o número de alunos, turmas e níveis atribuídos ao docente, não podendo ser inferior a oito horas, para os docentes da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo, e a dez horas para os docentes dos restantes Ciclos.

Na Componente Não Letiva de Estabelecimento inclui-se:

- Coordenação de Departamento Curricular;
- Coordenação dos Diretores de Turma;
- Coordenação de Clubes e Projetos;
- Equipa de Autoavaliação;
- EMAEI;
- Apoio à direção;
- Coordenação de Cidadania;
- Secretariado de Exames;
- Coordenação de Mentorias;
- Coordenação de Tutorias;
- Coordenação de Apoios Educativos;
- Direção de turma;
- Coordenação de TIC;
- Desempenho de funções, no âmbito da Saúde Escolar;
- Desempenho de funções, no âmbito do Desporto escolar;
- Desempenho de funções, no âmbito de membro da equipa BE;
- Orientação e supervisão dos alunos nos diferentes espaços escolares;
- Atendimento aos encarregados de educação;
- Frequência de ações de formação contínua;
- Trabalho colaborativo (PAA, RI e PEA, ...).

A componente não letiva de estabelecimento dos educadores de infância é, ainda, utilizada na supervisão pedagógica e acompanhamento da execução de atividades de animação e de apoio à família e na organização e funcionamento do jardim de infância.

A componente não letiva de estabelecimento dos professores do 1.º Ciclo é utilizada na supervisão dos intervalos, trabalho colaborativo/formação.

Na componente não letiva de estabelecimento dos professores dos 2.º e 3.º Ciclos, são incluídas: as horas de cada docente bem como o número de horas correspondente à redução da componente letiva de que os docentes usufruam ao abrigo do artigo 79.º do ECD.

O cargo de diretor de turma implica uma redução de dois tempos semanais no respetivo horário.

O crédito de horas do desporto escolar está distribuído pelos diferentes professores do grupo disciplinar de Educação Física, no sentido de coordenarem as modalidades desportivas que se propõem implementar.

Os coordenadores de departamento curricular exercem as funções de coordenação do respetivo departamento, no âmbito da componente não letiva marcada no respetivo horário semanal.

A coordenadora/professores bibliotecários exercem a sua componente letiva de acordo com a Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho.

Todos os tempos de redução a que os docentes têm direito por idade e tempo de serviço são registados no respetivo horário semanal, nele se referindo as atividades e funções a desempenhar.

Todos os tempos para atividades de apoio, de enriquecimento e complemento curricular são marcados no respetivo horário semanal.

## 6.6. Modelos e Processos de Ensino/Aprendizagem

Um modelo de ensino/aprendizagem deve contemplar as perspetivas e interesses dos alunos, as suas conceções e crenças, assim como os contextos sociais específicos em que a prática educativa se desenvolve.

As medidas, modalidades e estratégias de apoio à aprendizagem garantem a inclusão, visando responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos, através do aumento da sua participação nos processos de aprendizagem, de modo a permitir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Como medidas de promoção do sucesso escolar dos alunos, o Agrupamento assegura os seguintes tipos de apoio:

- Apoio Educativo
- Coadjuvação
- Adequação dos processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão: medidas universais, seletivas e adicionais
- Apoio pedagógico personalizado para alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem
- Planos de Operacionalização das Medidas Universais (POMU)
- Acolhimento e acompanhamento dos alunos que não têm o Português como Língua Não Materna (PLNM)
- Atividades de Enriquecimento (Projetos Litteratus, Plataforma “+ Cidadania”, “Ensinar e Aprender Português”, PNL, Crescer a Brincar, Hypatiamat,...)
- Trabalho colaborativo
- Período de Acompanhamento Extraordinário/preparação para os Exames Nacionais
- Apoio Tutorial Específico
- Tutorias
- Apoio psicológico e orientação escolar e profissional (SPO)

## 6.7. Conselhos de Turma

O conselho de turma é o órgão que constrói e gere os Planos Curricular de Turma (PCT) e, no caso do 1.º Ciclo, o professor titular de turma, tendo em atenção:

- A definição de prioridades curriculares decorrentes da análise da situação da turma, no seu contexto socioeconómico e ético-cultural e percurso escolar anterior;
- O estabelecimento consensual dos objetivos que se pretendem alcançar através do conjunto articulado das áreas curriculares disciplinares;
- A gestão das metas curriculares, com vista à formação integral dos alunos;
- A discussão das planificações, com foco nas atividades e condições adequadas para a apropriação e transmissibilidade das aprendizagens;
- A conceção e prática de uma avaliação que permita monitorizar o processo, conduzindo, se necessário, à reformulação dos métodos e estratégias.

A articulação entre os docentes, os alunos e os encarregados de educação é feita pelo diretor/professor titular de turma, que tem a função de coordenador do Plano Curricular de Turma (PCT).

## 6.8. Planos Curriculares de Grupo / Turma

O Plano Curricular de Grupo (PCG) /Plano Curricular de Turma (PCT), articulado com o Projeto Educativo de Agrupamento, visa adequar as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar e o Currículo Nacional dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos ao contexto de cada turma, tendo em conta o seu diagnóstico, e é concebido, avaliado e, se necessário, reformulado pelo educador /professor titular de turma, em articulação com o respetivo departamento curricular, no caso da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo, ou pelos conselhos de turma, nos restantes Ciclos.

A planificação de ensino/aprendizagem (a curto, médio ou a longo prazo) situa a gestão do currículo no contexto da sala de aula e traduz-se no conjunto de decisões pedagógicas e didáticas da responsabilidade de cada educador/professor, em conformidade com as orientações pedagógicas definidas no Projeto Educativo e as orientações dos conselhos de docentes e departamentos curriculares.

No sentido da eficácia didática do Plano Curricular de Turma, devem os professores/educadores, atrás referidos, responsáveis pela sua elaboração, desenvolverem estratégias e esforços, de forma a apresentarem os respetivos POMU, no início do ano letivo.

### Quadro 12 – Estrutura do Plano Curricular de Grupo (PCG)

#### PCG – Jardim de infância

1. Introdução
2. Diagnóstico
  - 2.1. Caracterização do grupo de crianças
  - 2.2. Levantamento das necessidades e interesses gerais do grupo
  - 2.3. Prioridades educativas
3. Metodologia
4. Organização do ambiente educativo
  - 4.1. do espaço
  - 4.2. do tempo
  - 4.3. do grupo
5. Organização Curricular
  - 5.1. Competências gerais e específicas (opções e prioridades curriculares)
  - 5.2. Articulação de conteúdos (objetivos/ efeitos esperados)
  - 5.3. Recursos e Estratégias
  - 5.4. Critérios de avaliação
6. Organização das atividades de Apoio à Família
7. Relação com a família e outros parceiros educativos
8. Avaliação do PCG

No decorrer do Plano Curricular de Grupo (PCG), o educador deverá avaliar o desenvolvimento do processo e os efeitos dessa intervenção na evolução do grupo e nos progressos de aprendizagem de cada criança, adequando o processo educativo e a orientação das atividades no sentido de apoiar às necessidades individuais das crianças e do grupo. Assim, no final de cada período, é efetuada uma avaliação do PCG, englobando a organização do ambiente educativo, os processos educativos adotados, a intervenção do educador e o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças e do grupo.

### Quadro 13 – Estrutura do Plano Curricular de Turma (PCT)

#### PCT – 1.º Ciclo

1. Enquadramento
  - 1.1. Calendário escolar
  - 1.2. Relação de alunos
  - 1.3. Horário da turma
2. Caracterização da Turma
  - 2.1. Dados biográficos e socioeconómicos
  - 2.2. Percurso escolar
  - 2.3. Dados da avaliação diagnóstica
3. Estratégias, atividades e avaliação
  - 3.1. Estratégias e atividades a desenvolver em função das características da turma
  - 3.2. Planificações e atividades da turma/Cidadania e desenvolvimento/(Projeto(s) interdisciplinares
  - 3.3. Avaliação dos alunos
4. Monitorização e Avaliação do Plano Curricular de Turma (PCT)
  - 4.1. Avaliação trimestral/balanço do PCT
5. Participação dos pais/encarregados de educação
6. Impacto do PCT

A avaliação do PCT deverá ser realizada nos momentos de avaliação da turma.

Os professores do 1.º Ciclo, que lecionam coadjuvação/apoio educativo, devem:

- Promover a organização e operacionalização da coadjuvação/apoio educativo;
- Favorecer a articulação pedagógica e curricular com os professores titulares de turma;
- Propiciar um acompanhamento mais sistemático do processo ensino/aprendizagem das turmas/alunos e facilitar a preparação das aulas e dos conteúdos a lecionar;
- Implementar as medidas que se revelem ajustadas à aprendizagem e inclusão dos alunos;
- Atuar preventivamente de modo a antecipar e prevenir o insucesso escolar;
- Promover o sucesso escolar de todos os alunos através do desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e do trabalho colaborativo.

**Quadro 14 – Estruturas do Plano Curricular de Turma (PCT)****PCT – 2.º e 3.º Ciclos**

- 1.** Identificação da turma e equipa educativa
- 2.** Caracterização da turma
  - A. Dados biográficos e socioeconómicos (inquéritos, processos individuais, entrevistas, informações pertinentes do ano anterior)
  - B. Dados da avaliação diagnóstica (enumerar os alunos da turma que se destacam quer pelas suas dificuldades, quer pelas capacidades superiores ao nível médio da turma)
    - i. Em termos gerais
    - ii. Em termos específicos
    - iii. Em termos comportamentais
- 3.** Estratégias/atividades
  - A. Estratégias e atividades a desenvolver em função das características da turma (estratégias e modalidades de apoio a alunos com Necessidades Específicas...)
  - B. Adequações, por cada professor, das competências específicas
  - C. Adaptação, por cada professor, das competências específicas, conteúdos e critérios de avaliação na sua disciplina
- 4.** Avaliação do PCT

A avaliação do PCT deverá ser realizada nos momentos de avaliação da turma.

O Plano Curricular de Turma é elaborado e avaliado, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação.

Este implica caracterizar a turma com base nos processos dos alunos e/ou Plano Curricular de Turma do ano letivo anterior e da avaliação realizada por cada professor na sua área curricular, podendo ser objeto de reformulação sempre que necessário.

## 7. Avaliação das Aprendizagens

### 7.1. Critérios de Avaliação

O conselho pedagógico do Agrupamento, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, define, até ao início do ano letivo, de acordo com as prioridades e opções curriculares, e sob proposta dos departamentos curriculares, os critérios de avaliação, tendo em conta, designadamente: i) O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; ii) As Aprendizagens Essenciais; iii) Os demais documentos curriculares, de acordo com as opções tomadas ao nível da consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais.

Os critérios de avaliação gerais constituem referenciais comuns, no interior do Agrupamento, sendo operacionalizados pelo professor titular da turma e pelo professor de Inglês, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, no 1.º Ciclo, e pelos conselhos de turma, nos 2.º e 3.º Ciclos, no âmbito do respetivo Plano Curricular de Turma (PCT).

O diretor garante a divulgação dos critérios de avaliação, sendo feita através:

- da sua publicitação em local apropriado;
- do diretor de turma/professor titular de turma junto dos alunos e pais/encarregados de educação da turma;
- do professor da disciplina;
- do delegado de turma;
- do representante dos pais e encarregados de educação;
- da Associação de Pais.

### 7.2. Incidência

A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência os documentos curriculares em vigor, nomeadamente, as OCEP e as Aprendizagens Essenciais, que constituem orientação curricular, cuja operacionalização se define no Plano Curricular de Turma (PCT).

A promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assenta numa abordagem multinível, no reforço da intervenção curricular e no caráter formativo da avaliação, de modo que todos os alunos consigam adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens, visando:

- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento do Plano Curricular de Turma (PCT).
- b) Certificar as diversas competências adquiridas pelo aluno no final de cada Ciclo e à saída do Ensino Básico, através da avaliação sumativa interna e externa.
- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo.

A avaliação não poderá ser analisada por si só, mas em relação a muitos outros aspetos que não apenas os que se podem definir como ato avaliativo propriamente dito. Assume características de investigação e de formação, recorrendo a procedimentos de autoavaliação e envolvendo todos os atores educativos.

As aprendizagens relacionadas com as componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, designadamente, no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias da informação e comunicação, constituem objeto de avaliação nas diversas disciplinas, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho pedagógico.

As Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo desenvolvidas em articulação com as diferentes disciplinas, constam do Plano Anual de Atividades do Agrupamento (PAA) e do Plano Curricular de Turma (PCT), conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, são de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural e selecionadas de acordo com os objetivos definidos nestes documentos. A informação resultante da avaliação das AEC expressa-se de forma descritiva.

### **7.3. Intervenientes**

A avaliação é da responsabilidade do educador, do professor, do conselho de turma, dos órgãos de gestão da escola e da administração educativa, envolvendo: os alunos, os encarregados de educação e os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo/professores da educação especial.

O processo de avaliação é conduzido pelo professor titular de turma/conselho de turma, responsável pela organização do ensino e das aprendizagens, envolvendo também:

- O professor titular de turma e o conselho de docentes no 1.º Ciclo;
- O conselho de turma nos 2.º e 3.º Ciclos;
- O conselho pedagógico do Agrupamento;
- As equipas educativas;
- Outros professores ou técnicos;
- Os alunos;
- Os representantes dos pais e encarregado de educação;
- Os serviços e organismos do Ministério da Educação.

Participação dos alunos e encarregados de educação (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro):

- Os alunos participam no processo de avaliação através da sua autoavaliação e do conhecimento dos critérios de avaliação gerais do Agrupamento.
- A participação dos encarregados de educação resulta dos contactos formais e informais com o diretor de turma/professor titular de turma e do acompanhamento regular das atividades desenvolvidas pelo seu educando.

### **7.4. Instrumentos de Avaliação**

Para a avaliação da aprendizagem devem ser utilizados estratégias, técnicas e instrumentos, que tomem, por referência, o processo ensino aprendizagem, a forma como se ensina e como se aprende.

A recolha e análise de informação sobre as aprendizagens devem ser feitas com recurso à diversidade e adequação de procedimentos aos contextos em que ocorrem e de acordo com critérios claramente explicitados, como o objetivo primeiro de melhoria da qualidade da informação/dados a recolher.

Neste sentido, deve ser usada, de forma planificada e sistemática, uma variedade de instrumentos de avaliação, alinhando sempre a avaliação com as atividades de aprendizagem da sala de aula: grelhas de observação, testes escritos e/ou práticos, orais, relatórios, trabalhos de pesquisa, questionários, debates, trabalhos de grupo, trabalho de projeto, portefólios, e outros que melhor sirvam ou possam traduzir a sua intenção avaliativa e a especificidade disciplinar.

O rigor da avaliação poderá, assim, emergir através do uso de mais e melhores instrumentos de avaliação, simples e flexíveis, da triangulação de estratégias, técnicas e instrumentos e da intervenção de mais do que um avaliador.

Todo o processo de aplicação e correção dos vários instrumentos de avaliação deve ser divulgado e clarificado junto dos intervenientes. As instruções para as tarefas de avaliação deverão ser claras, evitando-se a ambiguidade. Além disso, destaca-se a importância do *feedback* para uma avaliação para as aprendizagens. Parte-se de uma conceção de avaliação como processo pedagógico cujo principal propósito é ajudar os alunos a aprenderem mais e melhor, com mais profundidade, através da distribuição sistemática de feedback.

## 7.5. Avaliação na Educação Pré-escolar

A avaliação na Educação Pré-escolar é realizada numa perspetiva formativa. Engloba a organização do ambiente educativo, os processos educativos adotados, a intervenção do educador e o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo, de modo a permitir a adequação do processo educativo e a orientação das atividades no sentido de apoiar às necessidades individuais das crianças e do grupo.

A avaliação da criança assenta na observação contínua dos seus progressos e desenvolve-se num processo contínuo e interpretativo do modo como ela aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas e que visa tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, através da tomada de consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando.

No que respeita ao ambiente educativo, dada a sua importância na promoção das aprendizagens da criança, o educador deve avaliar a organização do espaço e do tempo; organização, diversidade e qualidade dos materiais e recursos educativos disponibilizados; as interações entre as crianças e com o adulto; o envolvimento parental e as condições de segurança e bem-estar das crianças.

Instrumentos de avaliação:

- Avaliação formativa
- Observação contínua das crianças e do grupo
- Observação direta do comportamento, atitudes e aprendizagens das crianças em qualquer momento de interação e através das tarefas realizadas
- Observação indireta através de:
  - Recolha dos registos das crianças
  - Registos fotográficos
  - Conversas informais com os pais
  - Diálogos com todos os elementos da equipa educativa
- Meios de comunicação à comunidade educativa: exposições, jornais, exposição de trabalhos das crianças na sala e espaços públicos do Jardim de Infância.
- Ficha individual de registo de informação da criança que será entregue aos encarregados de educação, trimestralmente.
- Momentos específicos para partilha de informação com os encarregados de educação: contactos individuais e reuniões.

## **7.6. Avaliação no Ensino Básico**

### **7.6.1. Avaliação formativa**

A avaliação formativa, enquanto principal modalidade de avaliação, integra o processo de ensino e de aprendizagem fundamentando o seu desenvolvimento.

Assume caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

#### **Objetivos:**

- Regular o ensino e as aprendizagens, através da recolha de informação que permita conhecer a forma como se ensina e como se aprende, fundamentando a adoção e o ajustamento de medidas e estratégias pedagógicas;
- Contribuir para a elaboração e a adequação do Plano Curricular de Turma (PCT), pois inclui uma vertente de diagnóstico;
- Favorecer a escolha de novos métodos e a procura de recursos alternativos, tendo em vista desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos e à promoção do sucesso educativo;
- Adotar estratégias de diferenciação pedagógica.

### **7.6.2. Avaliação sumativa**

No contexto do sistema de avaliação do Ensino Básico, a avaliação sumativa traduz-se num juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas; na necessidade de, no final de cada período, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens: conhecimentos, saberes, capacidades e atitudes, tendo em conta as metas curriculares definidas a nível nacional; na tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno. Inclui duas vertentes: a avaliação sumativa interna e a avaliação sumativa externa, no 9.º ano de escolaridade.

A evolução do processo educativo dos alunos, no Ensino Básico, assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as aprendizagens definidas para cada ciclo de ensino.

A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens e, ainda, a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação tem caráter contínuo e sistemático, devendo ser valorizada a progressão, de modo a que o currículo seja equacionado como um instrumento que as escolas podem gerir e desenvolver localmente de modo que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

A nomenclatura de classificação dos diversos instrumentos de avaliação aplicados aos alunos é distribuída no seguinte quadro:

**Quadro 15 – Nomenclatura a utilizar para todos os Ciclos e anos de escolaridade**

<b>Insuficiente/1 e 2</b>	<b>Suficiente/3</b>	<b>Bom/4</b>	<b>Muito Bom/5</b>
0 a 49 %	50 a 69 %	70 a 89 %	90 a 100 %

A avaliação sumativa ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo.

É da responsabilidade do professor titular de turma do 1.º Ciclo e do professor de Inglês, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, e do respetivo conselho de docentes, no 1.º Ciclo, e dos professores que integram o conselho de Turma, nos 2.º e 3.º Ciclos, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

Sempre que se realize uma avaliação sumativa, compete ao professor titular de turma do 1.º Ciclo e de Inglês, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, em articulação com o conselho de docentes, e ao conselho de turma, nos restantes ciclos, reanalisar o Plano Curricular de Turma (PCT), com vista à introdução de eventuais reajustamentos.

Compete ao professor titular de turma do 1.º Ciclo e ao diretor de turma, nos 2.º e 3.º Ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa e garantir, tanto a sua natureza globalizante, como o respeito pelos critérios de avaliação definidos pelo Agrupamento.

A elaboração e agendamento dos exames nacionais, bem como as normas e procedimentos relativos à sua realização, são da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação.

No Ensino Básico, realizam-se provas finais no 9.º ano de escolaridade, nas disciplinas de:

- Português e Matemática;
- PLNM (provas finais de nível A2 e B1) e Matemática, para os alunos do nível de proficiência linguística de iniciação A1 e A2 ou do nível intermédio B1;
- Português Língua Segunda (PL2) e Matemática para os alunos com surdez severa a profunda das escolas de referência.

### **7.6.3. Autoavaliação**

A autoavaliação deve constituir-se numa prática habitual do professor, numa perspetiva de investigação sistemática e de autocrítica. Entendida como um processo cognitivo e metacognitivo que exige a reflexão e o desenvolvimento do pensamento crítico.

É da responsabilidade do aluno, em articulação com o professor. Tem caráter sistemático e contínuo, na medida em que pode posicionar o aluno face à sua própria aprendizagem, orientando-o relativamente a: conteúdos, temáticas, saberes ou conhecimentos não assimilados; percursos menos estruturados; representações ou produtos mal construídos; objetivos de trabalho ainda não alcançados; atitudes não observadas; etc.

Aplica-se, ao longo do ano letivo, de forma informal. O seu objetivo fundamental é o de concretizar o princípio educativo de “aprender a aprender”, isto é, ajudar o aluno a aprender, estimulando a autorresponsabilização.

A autoavaliação é uma alternativa suscetível de potenciar, nos alunos, a identificação dos objetivos de aprendizagem a alcançar e dos critérios a utilizar para avaliar esses objetivos, as oportunidades para selecionar as tarefas de aprendizagem com vista a alcançar os objetivos definidos e a liberdade de ação para monitorar e avaliar os resultados obtidos.

#### **7.6.4. Avaliação de aprendizagens e progressão dos alunos com medidas**

O Agrupamento deve assegurar aos alunos com Medidas Universais, Seletivas e Adicionais o direito à participação no processo de avaliação consignado no Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.

As adaptações ao processo de avaliação interna, independentemente do nível de ensino, são da competência do Agrupamento, sem prejuízo da obrigatoriedade de publicitar os resultados dessa avaliação nos momentos definidos pelo mesmo.

No que respeita à avaliação externa do Ensino Básico, todas as adaptações são da competência do Agrupamento e devem ser comunicadas ao Júri Nacional de Exames (JNE).

Quando aplicada a medida “adaptações curriculares significativas” (alíneas b) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, os alunos não realizam as Provas Finais do Ensino Básico.

Os alunos abrangidos por Medidas Universais e Seletivas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão realizam a progressão nos termos definidos para os restantes alunos.

Os alunos abrangidos por Medidas Adicionais de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, realizam a progressão nos termos definidos no respetivo Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) e no Programa Educativo Individual (PEI), quando aplicável.

#### **7.6.5. Certificação dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.**

No final do seu percurso escolar, todos os alunos têm direito a um certificado e a um diploma de conclusão da escolaridade obrigatória.

No caso dos alunos com adaptações curriculares significativas, no certificado deve constar o Ciclo ou nível de ensino concluído e a informação curricular relevante do Programa Educativo Individual (PEI), bem como as áreas e as experiências desenvolvidas ao longo da implementação do Plano Individual de Transição (PIT).

O modelo de certificado é regulamentado por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área da educação.

#### **7.6.6. Planos de Operacionalização e Planos de Desenvolvimento**

Atendendo ao disposto e às orientações constantes nos Decretos-Lei n.º 54 e 55/2018, de 6 de julho, e na Portaria n.º 223-A/2018 de 3 de agosto, o Agrupamento adota medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, que têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Podem concretizar-se através de planos de atividades de acompanhamento pedagógico, orientados para a turma, Plano Curricular de Turma (PCT), ou individuais, Plano de Operacionalização das Medidas Universais (POMU).

De acordo com o Despacho n.º 8553-A/2020, de 4 de setembro, que prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma, a escola determina as medidas de apoio educativo aplicáveis a cada aluno, as quais integram o Plano de Desenvolvimento das Aprendizagens do aluno. O plano referido é elaborado pela escola e contém uma planificação das aprendizagens, a qual tem em consideração as medidas previstas no Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), quando exista, que podem ser objeto de reformulação em função do novo contexto. O processo de implementação das medidas de apoio educativo previstas no n.º 1 do despacho mencionado, bem como a avaliação da sua eficácia, são desenvolvidos sob coordenação do professor titular/diretor de turma.

## 8. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) é composta por elementos permanente e variáveis, competindo-lhe sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva, propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar, acompanhar e monitorizar a aplicação das medidas de suporte á aprendizagem, prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico e, se aplicável, o Programa Educativo Individual e o Plano Educativo Individual, e acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

### 8.1. Plano de Atuação na Recuperação e Consolidação das Aprendizagens

O Plano de Atuação na Recuperação e Consolidação das Aprendizagens do Agrupamento surge na sequência das Orientações do Ministério da Educação para a organização do ano letivo 2020/2021 (DGEstE) e do estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020 de 20 de julho de 2020, no Despacho n.º 6906-B/2020 e nos Decretos-Lei no 54/2018 e no 55/2018 de 6 de julho.

Com a implementação deste plano, pretende-se: recuperar e/ou consolidar as aprendizagens desenvolvidas no E@D, no ano letivo 2019/2020, através da implementação de um conjunto de atividades que permitam dar condições concretas de aprendizagem a todas e a cada criança/aluno; promover a igualdade de oportunidades educativas a todas as crianças/alunos, ao longo do seu processo de ensino/aprendizagem, independentemente de este decorrer em regime presencial, misto ou E@D e desenvolver o conceito de educação inclusiva.

Por se tratar de um documento orientador e assente numa realidade sujeita à instabilidade inerente à atual situação epidemiológica, estará aberto a complementos, revisões ou transformações, quando necessário.

De acordo com as Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021, emanadas pelo Ministério da Educação, em agosto de 2020, as medidas a implementar visam redefinir estratégias de ação que permitam chegar a todos os alunos, abrangendo quatro áreas de atuação: (i) bem-estar no regresso à escola; (ii) prioridades de aprendizagem; (iii) alargamento e criação de novos apoios para os alunos e (iv) formas de organização das escolas em diferentes regimes.

Assim, o Plano de Atuação visa garantir a igualdade e a equidade no acesso ao currículo por parte de todos os alunos, tendo por base o trabalho realizado com cada aluno no ano letivo 2019/2020. Destina-se, mais particularmente, aos alunos que revelaram maiores dificuldades de contacto e de acompanhamento das atividades promovidas pelo agrupamento em 2019/2020.

A implementação deste plano deverá incidir, de forma mais intensiva, nas primeiras cinco semanas de aulas, mas também, de forma contínua, ao longo do ano letivo.

Face ao contexto atual, no ano letivo 2020/2021, são considerados três regimes do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se o presencial o regime regra. A transição para o regime misto e para o regime não presencial ocorre apenas mediante autorização da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que decide, após ser ouvida a autoridade de saúde competente (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho).

Independentemente do regime que se encontrar em funcionamento, as escolas deverão garantir a concretização do Plano de Atuação definido para a recuperação/ consolidação das aprendizagens.

A diversidade de medidas e estratégias utilizadas para a recuperação e consolidação das aprendizagens deverá ser objeto de monitorização pelo docente titular de turma/conselho de turma. Os docentes devem certificar-se que todas as modalidades de apoio e estratégias de apoio aos alunos foram mobilizadas. Nas situações em que a implementação das várias estratégias não surtiram o efeito esperado,

na supressão das dificuldades diagnosticadas, anteriormente, deve o docente titular de turma/conselho de turma proceder à identificação do aluno à EMAEI.

## 9. Oferta educativa

Com uma visão concetual da escola como um espaço de inclusão, promotor do desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, respeitadora dos princípios de democratização e igualdade de acesso e oportunidades consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo e procurando assegurar uma educação de base de qualidade para TODOS, a oferta educativa do Agrupamento é diversificada e procura (cor)responder às necessidades identificadas pelos vários intervenientes da comunidade. Esta oferta educativa do Agrupamento pretende dar uma resposta adaptada às necessidades dos alunos com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), bem como a sua adequação aos seus interesses, destacando-se a valorização da dimensão lúdica no desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular/atividades de apoio à família. Salienta-se, ainda, a integração curricular de atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas, como o salientado nos pontos seguintes.

### 9.1. Medidas de promoção da inclusão e do sucesso escolar

- Apoio Educativo (1.º e 2.º Ciclos)
- Coadjuvação
- Apoio Pedagógico personalizado a alunos com necessidades especiais (Educação Especial)
- Apoio Pedagógico e Individual (3.º Ciclo)
- Apoio Individualizado (2.º Ciclo)
- Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)
- Acompanhamento extraordinário e preparação para as Provas Finais de Ciclo
- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) (pré-escolar)
- Componente de Apoio à Família (CAF) (1.º Ciclo)
- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) - 1.º Ciclo (Inglês, Atividade Física e Desportiva, Atividades Lúdico-Expressivas, Música, Yoga, Jogos tradicionais/tabuleiro, Artes Marciais, ...)
- Bibliotecas escolares (BE)
- Oferta Artística (Dança e Tecnológica)
- Oferta Complementar (1.º Ciclo)
- Cidadania e Desenvolvimento
- Projeto Plano Nacional de Leitura (PNL)
- Clube da Matemática
- Clube de Ciência Viva
- Clube de Teatro
- Clube Eco-Escolas
- Clube Europeu
- Sala de Estudo/ Sítio do Aluno
- Desporto escolar
- Clube de Dança
- Clube de Música
- Clube de Cinema
- Clube de Rádio Escola
- Clube de Artes

- Clube de Programação e Robótica
- Clube de Embelezamento de Espaços
- Clube “Sons e Letras em Movimento”

### **9.1.1. Programa de Apoio Tutorial**

O Programa de Apoio Tutorial enquadra-se nas medidas de promoção do sucesso escolar previstas pelo Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e no apoio tutorial específico regulado pelo Despacho normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho (art.º 12.º).

Assim, o apoio tutorial destina-se a alunos dos 2.º e 3.º Ciclos que revelem problemas nos âmbitos da aprendizagem, das atitudes e/ou sociais.

O apoio tutorial específico destina-se exclusivamente aos alunos com duas ou mais retenções. Estes alunos terão direito a um tutor, a quem são atribuídas quatro horas semanais, acompanhando grupos de dez alunos. Esta atuação presume a realização de intervenção personalizada e continuada, a curto e médio prazo, de forma a obter resultados satisfatórios até ao termo do ano letivo.

As tutorias consistem em dinâmica colaborativa entre os diversos elementos da comunidade escolar (alunos, professores e encarregados de educação), e com distintos graus de implicação, no sentido de:

- a) promover a resolução das dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) facilitar a integração dos alunos na escola e respetiva turma;
- c) atenuar possíveis situações de conflito.

### **9.1.2. Programa de Mentorias**

O Programa de Mentorias do Agrupamento surge na sequência das orientações do Ministério da Educação e do estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº. 53-D/2020, de 20 de julho, que prevê a criação de um Programa de Mentorias, com vista a estimular o relacionamento interpessoal e a cooperação entre alunos.

Pretende-se, com este programa, identificar os alunos que, em cada escola, se disponibilizam para apoiar os seus pares acompanhando-os, designadamente, no desenvolvimento das aprendizagens, no esclarecimento de dúvidas, na integração escolar, na preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares.

É definido um perfil do aluno mentorando e um perfil do aluno mentor, os critérios de seleção do mentorando e do seu mentor, ao estabelecer cada parceria, para que se complementem e consigam retirar o maior proveito da mesma.

São dadas orientações de atuação do aluno mentor, que tem o dever de comunicar à coordenação do programa quaisquer problemáticas de que tenha conhecimento, relacionadas com o seu mentorando, assegurando que o papel de mentor não substitui o trabalho dos profissionais envolvidos.

O acompanhamento dos alunos mentorandos poderá ser feito em várias áreas, como por exemplo: métodos de estudo, relação com o(s) outro(s), áreas disciplinares e literacias.

A coordenação/supervisão do Programa de Mentorias será efetuada pela subcoordenadora dos diretores de turma, que acompanhará a implementação do programa, em contexto escolar, e é responsável pela sua operacionalização.

A monitorização e avaliação do trabalho realizado, no âmbito do Programa de Mentorias, são efetuadas pelo conselho pedagógico, a partir de um relatório apresentado pela coordenadora do programa, com as evidências do trabalho realizado devendo, para esse efeito, recolher evidências com periodicidade trimestral, relativas aos participantes, de modo a analisar o seu sucesso, através da evolução registada nos resultados escolares e na inclusão entre pares ou outro motivo que tenha justificado a participação neste

programa.

A participação como aluno mentor fica registada no certificado do aluno e será valorizada em função do desempenho, em vários domínios, pelo conselho de turma, nomeadamente, na disciplina de Cidadania, sendo-lhe atribuído um diploma, podendo, ainda, ser nomeado para o Quadro de Valor do Agrupamento. Não lhe serão imputadas responsabilidades decorrentes do incumprimento, por parte do aluno mentorando, da aplicação do programa, que dependerá da autorização expressa dos encarregados de educação dos alunos mentores e mentorandos.

## **9.2. Projetos de Desenvolvimento Educativo**

Com o objetivo de promover a inovação curricular e pedagógica, o Agrupamento apresenta uma oferta educativa diversificada e de articulação curricular, horizontal e vertical, através do desenvolvimento de projetos transversais, envolvendo os diferentes domínios da estratégia de educação para a cidadania.

- Projeto de Educação para a Saúde
- Gabinete de Informação do Aluno (GIA) - Sala do Aluno
- Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual (PRESSE)
- Passezinho (Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar no Jardim de Infância)
- Passe Ecológico (1.º Ciclo)
- Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNSPO), escovagem e administração de flúor, Projeto SISO (cheques dentista)
- Projeto “Sons e Letras em Movimento”
- Projeto “Um dia no bosque” (pré-escolar)
- Projeto “A nossa horta/brincar na terra” (pré-escolar)
- Desporto escolar
- Projeto “10 min a Ler”
- Projeto Olimpíadas da Química Júnior
- Projeto “A Empresa na Escola”
- Projeto “Eco-Escolas”
- Observatório Escolar da Atividade Física e Obesidade
- Programa FITescola
- Projeto de “Ateliê de Artes na Escola”
- Projeto Parlamento dos Jovens
- Plano Nacional das Artes/Projeto Cultural de Escola
- Projeto “Plano Nacional de Leitura”
- Clube de programação e robótica
- Sala de Estudo / Sítio do Aluno
- Clube de Embelezamento de Espaços
- Clube de Cinema
- Clube Rádio Escola
- Clube de Matemática
- Projeto Erasmus KA229 - Incluir e Inovar
- Clube Ciência Viva
- Clube de Dança
- Clube de Música
- Projeto “Eu pertenço ao meu futuro”
- Clube Aventura/Clube Europa Aventura- PASEC
- Clube de Teatro “ADN” - PASEC

- Clube de Dança e Expressão Corporal Arena - PASEC
- Clube Aventura - Grupos de Capacitação - PASEC
- Clube Europeu

### **9.3. Projetos a desenvolver em parceria com a autarquia**

- Projeto GADI (Gabinete de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção)
- Ter ideias para mudar o mundo” (pré-escolar)
- Projeto de literacia “Do Falar ao Ler” (pré-escolar)
- Projeto “Brincar a Torto e a Direito” (pré-escolar)
- Plataforma “Ensinar e Aprender Português” (1.º Ciclo)
- Programa Litteratus para promoção do desenvolvimento da literacia (4.º ano)
- Projeto “Escrita Criativa” (1.º Ciclo- alunos do 4.º ano de escolaridade)
- Plataforma “+ Cidadania” - plataforma de participação e cidadania para crianças (Pré-escolar e 1.º Ciclo)
- NutriEduca- Promoção da Alimentação Saudável (1.º Ciclo)
- Crescer com Saúde (Pré-escolar e 1.º Ciclo)
- Crescer a Brincar (1.º Ciclo)
- ColorADD (1.º Ciclo)
- Plataforma HypatiaMat- com aplicações interativas para trabalhar conteúdos de promoção do sucesso escolar a Matemática (1.º Ciclo)
- Projeto de Educação Rodoviária
- Made 4 Schools (1.º Ciclo)
- My Machine (1.º Ciclo)
- Projeto “No poupar é que está o ganho”
- Projeto Mobile Learning (1.º Ciclo)
- Programa Acompanhar do PASEC
- Projeto Concelhio de Intervenção Vocacional “Eu pertenço ao meu futuro”
- Programa “Ser Europa”
- Programa “Mais Cidadania Jovem” (2.º/3.º Ciclos)
- Projeto Concelhio de Educação Parental
- Plano de Cinema - Close-Up: Observatório de cinema

#### **9.3.1. Participação**

- Na Rede Local de Educação
- Formação Rede Famalicão Inclusivo
- Comissões Sociais Inter-freguesias da Rede Social de Vila Nova de Famalicão

#### **9.3.2. Parcerias/protocolos**

- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Juntas/União de Freguesia(s)
- Associações de Pais
- Centro de Formação da Associação de Escolas de V.N. de Famalicão (CFAEUVNF)
- Engenho - IPSS
- Centro de Cultura Musical (CCM)

- Academia de Música de Viatodos
- ArtEduca, Conservatório de Música de Vila Nova de Famalicão
- ARTAVE - Escola Profissional Artística do Vale do Ave

- Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Vila Nova de Famalicão
- Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais (PASEC)
- Rede de Bibliotecas escolares (RBE)
- Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (BMCCB)
- Primor – Projeto Empresa na Escola
- Universidade do Minho (UM)
- Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial (ACIP)
- Apoio ao Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (ADCA)
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- Agência de Desenvolvimento Regional de Vale do Ave (ADRAVE)
- Parque da Devesa

### **9.3.3. Atividades constantes do Plano de Atividades do Agrupamento (PAA)**

- Visitas de estudo
- Atividades desportivas
- Atividades dinamizadas pelas Bibliotecas escolares
- Comemoração de datas/acontecimentos significativos
- Atividades lúdico-didáticas
- Atividades abertas à comunidade educativa
- Dia do Agrupamento/Festa do Patrono
- Cerimónia de Entrega dos Prémios dos Quadros de Excelência, de Valor e de Mérito Desportivo
- Projetos e Clubes
- Atividades com empresas parceiras
- Atividades e projetos em colaboração com o Município

## **9.4. Projeto de Desenvolvimento Europeu: Erasmus e eTwinning**

### **Enquadramento e diagnóstico de necessidades:**

A maioria dos docentes e alunos do Agrupamento nunca participou em qualquer tipo de projeto, mobilidade ou atividade de formação a nível europeu. Um pequeno grupo de docentes tem dinamizado atividades de colaboração com outras escolas de outros países, através da plataforma eTwinning e até já alcançou reconhecimento à escala europeia.

Os demais professores têm demonstrado vontade de crescer e desenvolver-se profissionalmente, melhorar as suas competências linguísticas, contactar com outras realidades e culturas e ter acesso a formação profissional de elevada relevância e qualidade. Através do contacto com outros professores, de outros países, poderão mais facilmente estabelecer redes de trabalho colaborativo.

Docentes e alunos necessitam de alargar os seus horizontes profissionais e/ou pessoais, estabelecer contactos internacionais e implementar redes de trabalho colaborativo, para desenvolver projetos de cooperação europeia, ajudando-os a crescer e a desenvolver um sentimento de cidadania e pertença europeia, assim como uma plena consciência acerca de outras identidades e culturas.

## **Objetivos**

O Plano de Desenvolvimento Europeu do Agrupamento de Escolas D. Maria II tem como principais objetivos:

- Criar oportunidades de acesso a atividades que reforcem a capacidade e o âmbito internacional do nosso Agrupamento.
- Melhoria das competências linguísticas de todos os envolvidos.
- Melhoria do conhecimento e das competências profissionais dos participantes, esperando-se uma mudança das práticas pedagógicas e organizacionais, com base nas ferramentas adquiridas nas atividades de formação em que estiveram envolvidos.
- Alargar a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e inovadoras, que, através de estratégias de trabalho colaborativo e partilha de boas práticas, se estendam para além dos professores diretamente envolvidos nas atividades de mobilidade.
- Transformar as salas de aula em ambientes de aprendizagem estimulantes e ricos em experiências pedagógicas diversificadas, através do desenvolvimento de novos espaços educativos, da melhoria da qualidade e diversidade das práticas educativas e da adoção de ações organizacionais cada vez mais inclusivas.
- Estabelecer uma rede de parcerias entre organizações de diferentes países e reforçar a pertença europeia.

## **Indicadores e Metas**

A cooperação à escala europeia permitirá a capacitação dos indivíduos, promoverá a identificação e partilha de boas práticas e irá criar oportunidades para o intercâmbio de experiências e aprendizagens mútuas.

Assim, as metas a alcançar são:

- Aumentar o número de projetos eTwinning no Agrupamento
- Alcançar e manter o Selo Escola eTwinning
- Aumentar o número de docentes e alunos em atividades de mobilidade
- Obter a Acreditação Erasmus a partir do próximo ano letivo.
- Disseminar e incorporar os resultados dos projetos internacionais nas práticas pedagógicas e organizacionais do Agrupamento

## 9.5. Projeto Cultural de Escola: a indústria têxtil e os seus impactos

O Plano Nacional das Artes (PNA), inserido no Plano Estratégico 2019-2029, foi instituído pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura tendo em vista a necessidade de organizar, promover e implementar, de forma articulada, a oferta cultural para a comunidade educativa e para todos os cidadãos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, que vai ao encontro do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de Julho, sobre Educação Inclusiva; Matrizes curriculares aprovadas pelo Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho; Recomendações da UNESCO sobre a centralidade da arte e do património na educação e na vida comunitária; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ONU; Objetivos para a Educação 2030\_OCDE; Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos e Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. O PNA pretende robustecer as artes nas escolas como ferramenta para as várias disciplinas, propondo recursos pedagógicos que aproveitam as expressões artísticas para trabalhar conteúdos de Cidadania e Desenvolvimento.

In Estratégia do Plano Nacional das Artes

### Objetivo

Pretende-se alertar e promover o desenvolvimento sustentável do território, harmonizando progresso tecnológico e ambiental, recorrendo às diferentes formas de expressão, modos de criar e experienciar. Para tal, devemos socorrer-nos dos saberes ancestrais e atuais, em todas as suas vertentes, nomeadamente, científica, artística e tecnológica - Cultura, Artes e Património - tendo em vista o futuro de e para todos.

### Meta

O ser humano necessita saber conjugar harmoniosamente desenvolvimento com sustentabilidade. Através da Cultura, das Artes e do Património pretende-se que os cidadãos conheçam, de entre todos, um dos mais importantes motores do progresso do território, a indústria (têxtil), em todo o seu espectro: económico, social, cultural e ambiental, e ajustem comportamentos com a participação e desenvolvimento de atividades, dentro e fora da escola, com o intuito maior de promover e alicerçar formas sustentáveis de desenvolvimento.

### Objetos de estudo

- Edifícios fabris (abandonados)
- Equipamentos fabris
- Produtos têxteis
- Arte têxtil

## 10. Plano de Transição Digital

O plano de ação na área digital baseia-se na necessidade de os educadores europeus desenvolverem um conjunto de competências digitais específicas para a sua profissão, de modo a serem capazes de aproveitar o potencial das tecnologias digitais para melhorar e inovar a educação. Tais competências distribuem-se por 6 áreas: Envolvimento Profissional, Recursos Digitais, Ensino e Aprendizagem, Avaliação, Capacitação dos Aprendentes e Promoção das competências digitais dos aprendentes.

Etapas do projeto:

- Realização de um questionário de autoavaliação a todos os docentes para aferir o seu nível de proficiência digital, obrigatório para todos os docentes.
- Frequência de formação na área digital, de acordo com o seu nível de competências, identificadas pelo questionário.
- Realização de sessões de esclarecimento, organizadas pelo CFAEVNF, em cada uma das escolas, para envolver os docentes e esclarecer a importância do seu papel, neste projeto.
- Realização de formação, na modalidade de projeto, que envolverá todos os docentes que fazem parte das equipas designadas por cada escola para a elaboração do Plano de Transição Digital (PTD) do AE.
- O Plano de Transição Digital (PTD) será construído em rede, seguindo uma dinâmica de trabalho de projeto, coordenada pelo embaixador PTD.

## 11. Plano de Formação

A formação contínua constitui um instrumento fundamental de atualização, de aperfeiçoamento e de aprofundamento dos conhecimentos e competências profissionais.

As características da sociedade atual colocam novas exigências ao saber, ao saber fazer e, sobretudo, ao saber fazer profissional. Neste contexto, o desenvolvimento de uma Escola que se pretende alicerçada numa cultura de qualidade, de responsabilidade e de cidadania só é possível com um investimento significativo na formação do seu corpo docente, assim como dos restantes agentes educativos.

Em conformidade com o estabelecido na legislação em vigor, em articulação com o Centro de Formação da Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão (CFAEVNF) e, igualmente, em parceria com o Município de Vila Nova de Famalicão, o Plano de Formação deste Agrupamento pretende dar resposta às necessidades de formação desta unidade orgânica.

O Plano de Formação contempla ações visando o desenvolvimento organizativo e os domínios científico-pedagógico e didático, revestindo uma componente formal e uma oferta formativa não formal. Este plano reflete as necessidades de formação, identificadas pelos docentes em cada grupo disciplinar, enquadrados no respetivo departamento curricular, com parecer do conselho pedagógico, e, igualmente, as medidas direcionadas para a promoção da qualidade das aprendizagens. Após análise das necessidades formativas elencadas, estas são distribuídas pelas áreas de formação de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro e expressas no Despacho normativo 5418/2015, de 22 de maio.

O Plano de Formação é avaliado no final do seu período de vigência, através de um relatório circunstanciado das ações realizadas. Da referida avaliação, podem resultar reajustes, com vista a garantir o cumprimento dos objetivos previstos.

## 12. Plano de Melhoria

O Plano de Melhoria do Agrupamento constitui um processo de ação delineado de forma intencional e objetiva. Integra um conjunto de metas e de ações definidas a partir dos resultados obtidos com o processo de autoavaliação e caracteriza-se pela intencionalidade, sistematização e avaliação contínuas, com o objetivo de promover a melhoria dos processos educativos e aumentar a eficácia dos mesmos.

O Plano de Melhoria congrega estratégias e esforços concertados e planeados com a participação de todos os intervenientes no processo educativo, potenciando níveis mais elevados de eficácia junto dos alunos.

O Plano de Melhoria do Agrupamento tem como objetivos:

- Identificar/diagnosticar as necessidades e dificuldades dos alunos, dos professores e da comunidade educativa;
- Implementar estratégias que visem aumentar a eficácia da escola;
- Avaliar as estratégias e os resultados/sucessos alcançados.

Incide numa resposta concertada do Agrupamento face às áreas de melhoria identificadas pela avaliação externa e pela avaliação interna, sendo uma consequência do percurso de consciencialização crítico/reflexiva resultante do processo.

Compete à Equipa de Autoavaliação promover, no seio do corpo docente, a avaliação do Sucesso Académico, particularmente, a avaliação da Eficácia e da Qualidade internas:

- Planeando todo o processo de autoavaliação do Agrupamento (construção dos referenciais, de instrumentos de recolha de informação, entre outros);
- Recolhendo e tratando a informação necessária a uma reconstrução crítica da realidade escolar presente no Agrupamento (condução de entrevistas, observação, análise de documentos, entre outros);
- Apresentando os resultados da autoavaliação do Agrupamento (elaboração do(s) relatório(s) trimestrais, promoção da reflexão sobre os resultados alcançados, entre outros).

A autoavaliação é fundamental, não só por imperativo legal, Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, mas também devido ao contínuo processo de melhoria, sendo encarada como um processo cíclico, criativo e renovador, de análise e de síntese de todas as dimensões que definem o Agrupamento.

Considerando-se que a autoavaliação é institucional, implica o envolvimento de todos os atores, não se reduzindo ao prolongamento da recolha e análise dos resultados trimestrais das aprendizagens, mas procurando a identificação dos problemas e a definição de estratégias de melhoria. O conhecimento adquirido através deste processo permite determinar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria da unidade orgânica, quer a nível de meios, quer a nível de resultados. Conduz, cumulativamente, à reflexão sobre as causas desses resultados e à tomada de decisões adequadas e à adoção de estratégias conducentes à melhoria dos níveis de eficácia e qualidade.

O Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola constitui o referencial de gestão educativa, ao nível local, seguindo a estratégia definida pelas escolas da área territorial do município para atingir níveis superiores de eficácia educativa, sendo estabelecidas parcerias, no sentido do desenvolvimento de projetos, nas escolas, com impacto na melhoria dos resultados académicos dos alunos.

## 13. Plano de Articulação Curricular

A articulação vertical e horizontal do currículo e a forma como as componentes de complemento curricular se integram no restante trabalho letivo são fundamentais para uma aprendizagem significativa e para a melhoria dos resultados escolares.

Esta articulação curricular deve resultar de uma cultura de escola assente na confiança nos processos, nas opções e nos agentes educativos, mas também numa maior intencionalidade do processo educativo.

Torna-se, pois, fundamental, implicar todos os docentes numa profunda e sistemática coordenação pedagógica ao nível dos órgãos e estruturas intermédias do Agrupamento, assegurando uma efetiva articulação vertical e horizontal do currículo desde a Educação Pré-escolar ao 9.º ano de escolaridade.

Por outro lado, apostamos na melhoria do trabalho colaborativo dos professores ao nível das estruturas intermédias de orientação educativa, assumindo de forma consistente a articulação interdepartamental, interdisciplinar e a sequencialidade das etapas educativas.

Com este plano de articulação curricular pretendemos atingir os seguintes objetivos:

- Articular o currículo dos vários anos, ciclos e escolas do Agrupamento, promovendo a melhoria dos resultados escolares;
- Realizar trabalho colaborativo entre todos os elementos da comunidade educativa visando integrar saberes, atividades e projetos dando sentido às aprendizagens.

## 14. Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola

De acordo com o disposto no Despacho n.º 5907/2017, Diário da República, 2.ª série — N.º 128 — 5 de julho de 2017 e no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na Cidadania e Desenvolvimento (CD), os professores têm como missão preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de reduzir a intolerância e os preconceitos, bem como de suprimir os radicalismos violentos.

### 14.1. Linhas orientadoras para a sua operacionalização no Agrupamento

O sucesso da Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE), no Agrupamento irá sempre depender do envolvimento de todos os intervenientes no processo educativo, dando-se um destaque especial às oportunidades dadas aos/às alunos/as de se envolverem na tomada de decisões, nomeadamente nas que os/as afetam.

Estas práticas não devem constituir meras intervenções pontuais, mas sim serem sustentadas no tempo, por forma a serem interiorizadas, através de metodologias ativas, com vista ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Na Educação Pré-escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico, a componente de Cidadania encontra-se integrada, de forma transversal, no currículo, sendo da responsabilidade do/da educador/a e do/a docente titular de turma. Os domínios a trabalhar e as competências a desenvolver contarão com o contributo do Departamento/Conselho de Docentes e serão enquadrados na EECE.

Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento integrará as matrizes curriculares, de acordo com o Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

Nos 2.º e 3.º Ciclos, são atribuídos 45 minutos semanais a esta componente do currículo. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, apesar de ser uma disciplina autónoma, constitui um espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar ao nível do Conselho de Turma, sempre que se verifique a interligação curricular com outra(s) disciplina(s), a nível das aprendizagens.

No Agrupamento, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento funciona numa organização anual, com lecionação semanal, estando salvaguardada a possibilidade de a escola poder gerir a sua distribuição, ao longo do ano letivo, com flexibilidade, possibilitando a realização de projetos multidisciplinares.

Os alunos deverão ser intervenientes ativos na proposta de atividades, proposta de instrumentos de avaliação e, posteriormente, na autoavaliação.

## 14.2. Organização dos Domínios de Educação para a Cidadania

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e Ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois Ciclos do Ensino Básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade. Cada domínio contribui para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

No quadro seguinte ilustram-se os domínios de Educação para a Cidadania a priorizar para cada ano de escolaridade.

**Quadro 16 – Educação para a Cidadania**

Domínios		1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Domínios obrigatórios para todos os Ciclos de ensino	Direitos Humanos				x		x	x		
	Igualdade de género				x		x		x	
	Interculturalidade			x			x			x
	Desenvolvimento sustentável			x		x			x	
	Educação ambiental	x	x			x		x		
	Saúde	x	x		x	x		x		x
Domínios obrigatórios para dois Ciclos de Ensino Básico	Sexualidade	x	x	x	x		x			x
	Media			x				x		
	Instituições e participação democrática						x		x	
	Literacia financeira e educação para o consumo					x			x	
	Risco			x					x	
	Segurança rodoviária	x	x		x	x				
Domínios opcionais	Empreendedorismo									x
	Mundo do trabalho									x
	Segurança, defesa e paz							x		
	Bem-estar animal			x						
	Voluntariado									
	Outro									

## 15. Associação/Representação de Pais e Enc. de Educação

Neste Agrupamento, existem dezasseis Associações de Pais e Encarregados de Educação:

- Associação de Pais da EB Louro/Mouquim;
- Associação de Pais da D. Maria II;
- Associação de Pais EB/JI Conde de Arnoso;
- Associação de Pais da EB de Carvalho;
- Associação de Pais da EB e JI de Requião;
- Associação de Pais da EB e JI de Vale S. Martinho;
- Associação de Pais da EB e JI de Cruz;
- Associação de Pais da EB e JI de Gavião;
- Associação de Pais da EB de Lagarinhos;
- Associação de Pais do JI de Eiral – Brufe;
- Associação de Pais do JI de Prelada – Lemenhe;
- Associação de Pais da EB Arnoso Sta. Eulália;
- Associação de Pais da EB e JI de Telhado;
- Associação de Pais da EB e JI de Vale S. Cosme;
- Associação de Pais da EB e JI de Nine;
- Associação de Pais da EB de Mões.

No início do ano letivo, os pais e encarregados de educação elegem o representante da turma, cujas funções, apesar de não estatutárias, visam a participação destes, na vida da escola, através de um mediador que procurará colaborar ativamente com a escola, reunindo, para o efeito, com o corpo docente, sempre que o coordenador de estabelecimento ou o professor titular de turma o entenda.

As Associações de Pais são eleitas pelo colégio de encarregados de educação dos alunos de cada escola., regem-se pelos seus próprios estatutos e reúnem periodicamente nas instalações das respetivas escolas. De entre a assembleia geral de pais/encarregados de educação do Agrupamento são eleitos os membros que integram o conselho geral. Colaboram, deste modo, ativamente, na vida da escola/agrupamento, dando sugestões e contributos para o bom funcionamento da mesma, em conformidade com o Regulamento Interno do Agrupamento e a legislação em vigor.

## 16. Público-alvo

Sendo o Projeto Educativo o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento tem como público-alvo todos os membros da comunidade educativa, promovendo a sua (cor)responsabilização relativamente às metas traçadas, tendo em conta os objetivos e indicadores de medida definidos.

Pretende, acima de tudo, promover o sucesso educativo dos alunos, numa perspetiva de responsabilização dos atores educativos (aluno, professor, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, assim como todos os parceiros). Neste contexto, o sucesso escolar ganha substância construtiva quando ultrapassa os limites de meras conquistas classificativas, substituindo critérios de eficácia pelos de eficiência.

A escola abre-se para a promoção de projetos de vida, constituindo uma referência, não só para a comunidade educativa, mas também para toda a comunidade concelhia.

A escola será, assim, uma mais-valia cultural, científica, económica e social, no contexto geográfico em que se insere.

## 17. Divulgação e publicitação do Projeto Educativo

Atendendo a que uma ampla divulgação do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) contribui para a mobilização de todos os agentes em torno da concretização dos objetivos e metas nele consagrados, utilizar-se-ão estratégias e meios diversificados de difusão e de publicitação, de modo a torná-lo disponível a toda a comunidade educativa e acessível a quem pretenda consultá-lo.

Assim sendo, a divulgação deste PEA será feita após a aprovação em conselho geral.

O documento, em suporte de papel, poderá ser consultado na sala dos professores e em cada estabelecimento de ensino da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Agrupamento. Em suporte digital, pode ser consultado na página Web do Agrupamento.

À direção competirá desencadear sessões de reflexão junto dos vários grupos da comunidade escolar, nomeadamente dos professores, e promover a sua divulgação junto de entidades e organismos que julgue mais conveniente.

## 18. Avaliação do Projeto Educativo

A operacionalização da avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) será da responsabilidade de todos os profissionais do Agrupamento sob supervisão e coordenação das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e dos órgãos de gestão e administração escolar.

A implementação do projeto requer um olhar avaliativo contínuo do processo e dos resultados, tendo em vista possíveis reformulações. O processo de avaliação deverá privilegiar:

As ações dos diferentes grupos formais do Agrupamento em interação (direção, conselho geral, conselho pedagógico, departamentos curriculares, diretores de turma);

A articulação do Plano Anual de Atividades e de Formação com o Projeto Educativo;

O balanço sobre as consecuições e constrangimentos sentidos, a reorganização dos recursos e o estabelecimento de outras metas.

A avaliação do grau de consecução dos objetivos e metas traçados deverá ocorrer periodicamente (anualmente), ao longo dos três anos de implementação deste projeto, de modo a fazerem-se reajustamentos e uma apreciação objetiva do seu impacto nas práticas e resultados escolares.

A avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento será efetuada pela Equipa de Autoavaliação, de acordo com a legislação em vigor.

No início de cada ano letivo, as atualizações ao presente documento serão efetuadas no Plano de Desenvolvimento Curricular (PDC), bem como as alterações, que forem necessárias, apresentadas como adenda.

Emitido o parecer em reunião de Conselho Pedagógico do dia 3/03/2021

A Presidente do Conselho Pedagógico

---

(Cândida Pinto)

Aprovado em reunião de Conselho Geral do dia \_\_\_/\_\_\_/2021

A Presidente do Conselho Geral

---

(Cidália Alves)

# Anexo I



## O processo de elaboração do Projeto Educativo

O Projeto Educativo foi acompanhado por uma equipa dirigida sob responsabilidade direta do conselho pedagógico e da diretora do Agrupamento. O papel desta equipa centrou-se na organização da recolha da informação e no respetivo tratamento e análise, na promoção da participação dos diferentes setores da comunidade e promoção da audição dos diferentes departamentos e da comunidade, para validar as análises e conclusões.

No processo de elaboração do Projeto Educativo, seguiu-se uma metodologia de trabalho participativa e centrada na auscultação da comunidade, mediante a produção de instrumentos de recolha de informação (inquéritos por questionário) com os diferentes membros da comunidade, bem como de reuniões alargadas para discussão e validação de conclusões.

Deste modo, utilizou-se, como principais técnicas de recolha de dados, o inquérito por questionário, a análise documental, os relatos/reflexões orais e escritas dos professores, bem como outros dados recolhidos em plataformas como o MISI e o GIAE ONLINE.

Para auscultação da comunidade educativa (diagnóstico estratégico), optou-se pela elaboração e aplicação de um inquérito por questionário no *Google Forms* e enviado por correio eletrónico entre os dias 18 de março e 24 de abril de 2020 a todos os docentes, não docentes, encarregados de educação representantes de turma de todos os anos de escolaridade e alunos delegados de turma do 4.º ano até ao 9.º ano do Agrupamento. As questões do questionário foram as seguintes:

### Docentes

1. Indique os pontos fortes do estabelecimento de ensino onde exerce funções.
2. O que mudaria no seu local de trabalho? (indique até 3 aspetos)
3. Indique ponto(s) forte(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II.
4. Identifique a(s) fragilidade(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II
5. Apresente sugestão(ões) de melhoria para o Agrupamento de Escolas D. Maria II.

### Encarregados de Educação:

1. Indique os pontos fortes do estabelecimento de ensino frequentado pelo seu educando.
2. O que mudaria no estabelecimento que o seu educando frequenta? (indique até 3 aspetos)
3. Indique ponto(s) forte(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II.
4. Identifique a(s) fragilidade(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II
5. Apresente sugestão(ões) de melhoria para o Agrupamento de Escolas D. Maria II.

### Alunos

1. O que mais valorizas/gostas na tua escola?
  2. O que gostarias de mudar na tua escola? (indica até 3 aspetos)
  3. Como achas que aprendes melhor?
  4. Gostas de frequentar esta escola?
  5. Justifica a tua resposta anterior
-

### Não docentes

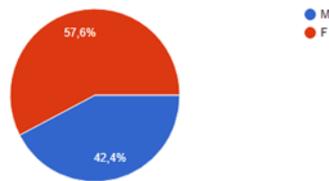
1. Indique os pontos fortes do estabelecimento de ensino onde exerce funções.
2. O que mudaria no seu local de trabalho? (indique até 3 aspetos)
3. Indique ponto(s) forte(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II.
4. Identifique a(s) fragilidade(s) do Agrupamento de Escolas D. Maria II

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo das respostas às questões abertas e observações escritas, assim como para a análise de todos os dados qualitativos.

## Caracterização dos respondentes ao inquérito por questionário

Caracterização dos alunos respondentes (delegados de turma do 4.º ano até ao 9.º ano)

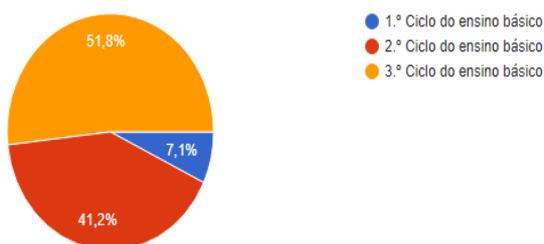
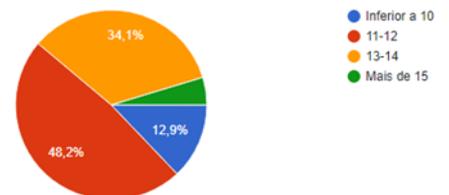
Sexo:  
85 respostas



Dos 85 alunos respondentes, 49 são do sexo feminino e 36 do masculino.

Relativamente à idade, 48,2% dos respondentes apresentam uma idade entre os 11 e os 12 anos (41 alunos); 34,1% tem como idade os 13 e os 14 anos (29 alunos); 11 alunos têm uma idade inferior a 10 anos e 4 alunos têm mais de 15 anos.

Idade  
85 respostas

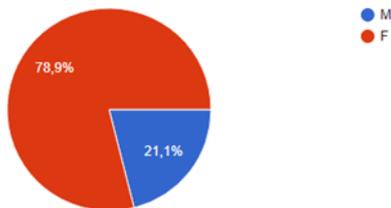


Quanto ao nível de ensino, 51,8% dos alunos respondentes frequentam o 3.º Ciclo (44 alunos); 41,2% frequentam o 2.º Ciclo (35 alunos) e 7,1% frequenta o 1.º Ciclo (6 alunos).



## Caracterização dos encarregados de educação respondentes (representantes de turma de todos os anos de escolaridade)

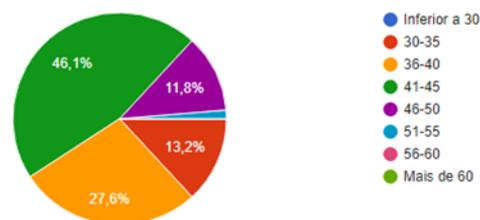
Sexo:  
76 respostas



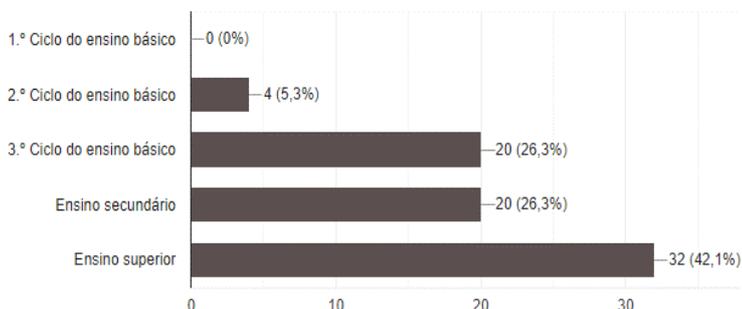
Dos 76 respondentes, 60 são do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

Relativamente à idade, 46,1% dos respondentes apresentam uma idade entre os 41 e os 45 anos (35); 27,6% tem como idade os 36 e os 40 anos (21); 10 alunos têm uma idade entre os 30-35 anos; 9 com idades compreendidas entre os 46 e os 50 anos e apenas 1 com mais de 51 anos.

Idade:  
76 respostas



Quanto às habilitações académicas, conforme o gráfico apresentado, destaca-se que 42,1% dos respondentes tem um curso superior; o mesmo número de respondentes (20) refere ter como habilitações o 3.º Ciclo e o Ensino Secundário. Apenas 4 respondentes possuem apenas o 2.º Ciclo.

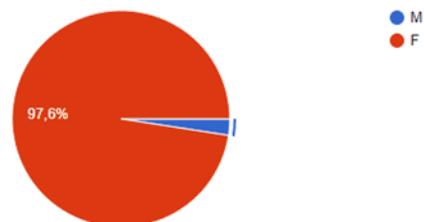




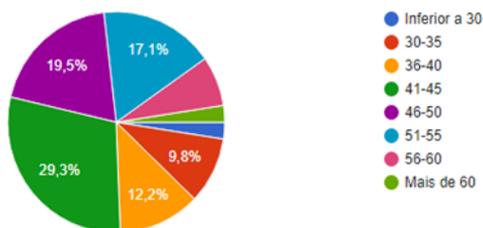
### Caracterização do Pessoal Não Docente respondentes

40 respondentes do sexo F e 1 M (2,4%)

Sexo:  
41 respostas

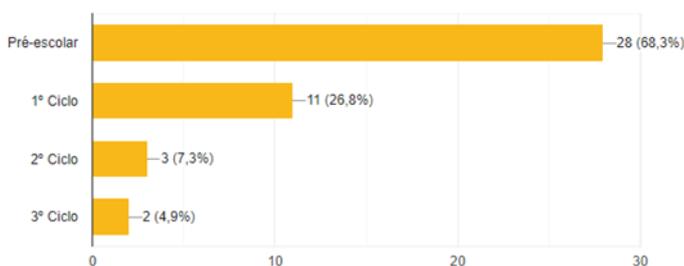


Idade:  
41 respostas



A idade dos respondentes situa-se maioritariamente entre os 41 e

Estabelecimento de ensino onde exerce funções:  
41 respostas



Relativamente à experiência profissional, verifica-se que 58,5% apresenta mais de 16 anos de serviço.



